

Revista **Aeronáutica**

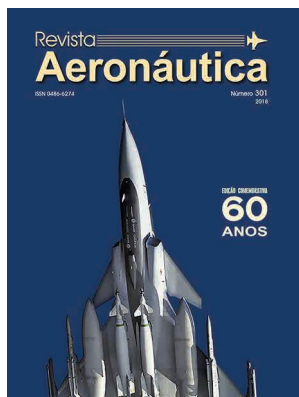
ISSN 0486-6274

Número 301
2018

EDIÇÃO COMEMORATIVA

60
ANOS





Aeronave Gripen NG.
Capa comemorativa
dos 60 anos da
Revista Aeronáutica

Baixe um leitor de **QR code** em seu celular, fotografe o código ao lado e você poderá ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista pela internet.



Índice

- | | |
|--|--|
| 3 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez | 23 HOMENAGEM A SANTOS-DUMONT EM PARIS
Ten Brig Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez |
| 4 EDITORIAL
Redação | 24 GUERRA
QUESTÕES FILOSÓFICAS
Araken Hipolito da Costa
Cel Av |
| 5 NOTÍCIAS DO CAER
Redação | 27 UMA BREVE HISTÓRIA DA GUERRA
Gilberto Pedrosa Schittini
Ten Cel Av |
| 8 A GEOPOLÍTICA ATRAVÉS DOS TEMPOS
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av | 34 ...E A PARADA SEQUE O SEU DESTINO
Raul Galbarro Vianna
Cel Av |
| 10 AS INJUSTIÇAS INERENTES AO SISTEMA POLÍTICO E À ESTRUTURA DE NOSSO ESTADO
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista | 37 OPERAÇÃO HOWEVER
Maj Brig Ar Carlos Sergio de Sant'Anna Cesar |
| 14 COLÔMBIA: AMADURECIMENTO DEMOCRÁTICO
Ricardo Vélez Rodríguez
Doutor em Filosofia | 40 ESQUADRÃO "ÁGUIAS DE FOGO"
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini |
| 16 LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURA DA PAZ
Marco Americo Lucchesi
Professor | 44 OS DIREITOS DA RELIGIÃO
Fulton J. Sheen
Filósofo |
| 19 DIGNIDADE NACIONAL FRENTE À IDEOLOGIA DO CONFLITO
Percival Puggina
Arquiteto e Escritor | 48 MONUMENTO ALUSIVO ÀS ORIGENS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. O RESGATE DE UMA PEÇA HISTÓRICA
Brig Ar Clovis de Athayde Bohrer |
| 20 TRADUZINDO HIERARQUIA E DISCIPLINA
Gen Ex Marco Antônio de Farias | |



*Nota: na citação da Revista Aeronáutica nº1, foi mantida a ortografia vigente em 1958

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Bimestre de novembro/dezembro dos idos de 1958! Apenas doze anos após a criação do nosso Clube, nascia, há 60 anos, a nossa memorável *Revista Aeronáutica*, agora na sua 301ª edição, com a invejável marca alcançada de um exemplar editado a cada 2,4 meses.

No editorial daquele primeiro número, já era ressaltado que: (...) *êste órgão da imprensa especializada é precipuamente o porta-voz dos oficiais e civis dos quadros da Aeronáutica (...)**. Passadas essas seis décadas, as orientações originais permanecem inalteradas. É certo que, além da importante colaboração dos nossos oficiais, atualmente também publicamos prestimosos artigos de renomadas autoridades civis, que emprestam prestígio ao nosso veículo informativo.

Saboreando as amareladas páginas dessa histórica edição, vejo, com alegria, artigos assinados pelos então Brigadeiros Márcio de Souza e Mello e Gabriel Grüm Moss (ex-Ministros da Aeronáutica e ex-Presidentes do CAer); Joelmir Campos de Araripe Macedo, também ex-Ministro; e do então Cap Lauro Ney Menezes, um dos ícones da nossa Aviação de Caça. Dentre as suas sessenta páginas, consta uma matéria sobre a inauguração do Destacamento da Base Aérea de Brasília. Um deleite manusear esta primeira edição!

Para aqueles que desejarem rever algum exemplar, informamos que o Departamento Cultural possui todas as 301 edições arquivadas e digitalizadas, disponíveis para consulta, bem como um catálogo com o índice geral de todos os artigos publicados em todas as edições. É ideal para pesquisadores. Existe, ainda, a possibilidade de se ler todos esses exemplares no nosso site www.caer.org.br, no link Revista.

Celebrar os 60 anos da *Revista Aeronáutica* é motivo de orgulho e júbilo, e este é o justo momento de agradecer e parabenizar todos aqueles que, ao longo dessas décadas, dedicaram seus melhores esforços para perpetuar esse importante veículo; e todos os assíduos colaboradores que, com suas genialidades, nos emprestaram suas visões políticas, filosóficas, estratégicas e operacionais, bem como vários causos engraçados dos tempos vividos. A todos, os nossos sinceros agradecimentos!

Por fim, auguro vida longa à *Revista Aeronáutica*, que tem sua história estritamente ligada ao nosso Clube, entidade de classe dos oficiais da FAB. Que venham outros 60 anos!

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do CAer

A primeira **Revista Aeronáutica**
foi publicada em novembro/dezembro de 1958,
portanto esta edição nº 301 (out./nov./dez. 2018)
registra seus 60 anos de existência.

A *Revista Aeronáutica* construiu sua história na consolidação do elo entre o passado, o presente e o futuro, que se confundiram com a epopeia do próprio Ministério da Aeronáutica.

O principal objetivo de sua criação é transmitir as ideias, os estudos, as reflexões sobre a aeronáutica civil e militar e sobre o Brasil no contexto das nações.

O conteúdo da *Revista Aeronáutica* alimenta o estreitamento dos laços de solidariedade entre oficiais e civis da Força Aérea, bem como a manutenção das tradições, que significa cultivar os valores morais e éticos, o amor à terra dos nossos pais, a identidade cultural e a consciência histórica de Pátria.

É certo que a Revista não tem perdurado sem o respaldo da visão daqueles que conduzem o Clube de Aeronáutica, bem como do apoio de nossos associados e, é assim, jubilosos de alegria, que comemoramos nossos 60 anos.

EDITORIAL

A Redação



NOTÍCIAS do CAER

BAILE DO AVIADOR

A Sede Central do Clube de Aeronáutica teve a honra de sediar o famoso Baile do Aviador, no dia 26 de outubro. Evento de conagração dos membros da Família Aeronáutica, esta é uma festividade assaz importante para a Força Aérea Brasileira. O Dia do Aviador e da FAB, também comemorado no dia 23 de outubro, rememora o dia em que o brasileiro Alberto Santos-Dumont alçou voo com seu mais pesado que o ar: o 14-bis, no Campo de Bagatelle (França), realizando o primeiro voo autônomo da História da Aviação.

O baile teve início às 22 horas e transcorreu até as três horas e trinta minutos, com muita animação e shows diversos. Logo na entrada, que foi feita pelo INCAER, já se podia ouvir um saxofonista, com sua bela melodia, dando as boas-vindas aos convidados. Podia-se apreciar também a Exposição Cultural realizada pelo Centro de Documentação da Aeronáutica. O evento contou com aproximadamente 750 pessoas, que se divertiram em diversos ambientes estrategicamente criados no Salão Marechal Ivo Borges e no jardim tropical do Clube de Aeronáutica.

A execução e coordenação da festa ficou a cargo da DIRAP, na pessoa do seu Diretor, Maj Brig Ar Martins.

A atração da noite foi a *Banda Palace*, que se apresentou no Salão com oito bailarinas, proporcionando um show à parte. Coreografias estonteantes foram embaladas ao som das músicas dos anos 80 e 90, acompanhadas por um espetáculo de luzes



coloridas e lasers. Enquanto isso, na pista de dança montada na área descoberta, o ritmo frenético foi do DJ da banda, que conquistou os jovens oficiais com músicas modernas e eletrônicas.

A decoração ficou a cargo de *Leonardo Inácio*, em conjunto com a Comissão do evento. Exuberante, esta seria a palavra correta para descrever o que se viu: os lustres, o mobiliário, a decoração das mesas e do Salão, tudo de muito bom gosto e requinte, à altura da importância da comemoração do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. O bufê foi servido pela *Nautilus Festas*, que ofereceu coquetel, jantar, mesa de frios e bufê de comida japonesa.

Indubitavelmente uma noite memorável, de muita alegria!



NOTÍCIAS do CAER

MEMBRO DO GRUPO DE ESTUDOS É AGRACIADO COM MEDALHA PELA AERONÁUTICA

Em cerimônia realizada em Washington-DC, no dia 17 de outubro, na presença de mais de 200 representantes diplomáticos e militares das Forças Armadas dos Estados Unidos, Canadá, América Latina e América do Sul, o Brig Ar Alcides Teixeira Barbacovi, Adido da Aeronáutica nos EUA e Canadá, conduziu a cerimônia de imposição de condecorações a 25 agraciados.

Nesta mesma solenidade, o Eng Antonio Carlos Gomes Siqueira recebeu a Medalha Mérito Santos-Dumont por seus serviços prestados como pesquisador do Grupo do Pensamento Brasileiro do Clube de Aeronáutica.



Brig Ar Barbacovi e esposa com o Eng Antonio Carlos Gomes Siqueira e esposa, que é filha do herói da Segunda Guerra Mundial, Saul Gerlich

PICADINHO “JESUS ESTÁ CHAMANDO”

No último dia 6 de outubro a Associação Brasileira de Pilotos de Caça realizou no Clube de Aeronáutica, Sede Central, o tradicional almoço comemorativo do desembarque do 1º Grupo de Aviação de Caça na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorrido há exatos 74 anos, em 6 de outubro de 1944.

O evento contou com a presença do Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato, além dos ilustres Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, ex-Comandante da Aeronáutica; Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, Presidente do Clube de Aeronáutica; e Maj Brig Ar Silas Rodrigues, piloto de Caça mais antigo ainda vivo, formado em 1946, no primeiro Estágio de Seleção de Pilotos de Caça (ESPC). Além deles, também fizeram parte da assistência, membros do Alto-Comando, os pilotos de Caça do passado e do presente, além de seus familiares.

Nas palavras do Presidente da ABRA-PC, Brig Ar Teomar Fonseca Quírico, muito mais que o desembarque de uma Unidade de combate na Itália, o que se comemorava na ocasião era o ingresso, na Segunda Guerra Mundial, da Força Aérea Brasileira e da própria Nação Brasileira, com o objetivo de defender valores e princípios tão caros à sociedade, e que estavam sendo ameaçados: a democracia, a soberania, a paz social, a integridade do patrimônio nacional e o progresso.





SEMINÁRIO GUERRA AÉREA

O Seminário sobre Guerra Aérea foi realizado no dia 25 de setembro, no Salão de Convenções do Clube de Aeronáutica, como parte da programação do IX Curso do Pensamento Brasileiro.

O evento foi idealizado pela ABRA-PC (Associação Brasileira de Pilotos de Caça) e contou com a parceria do Departamento Cultural do CAER. O auditório estava lotado, com cerca de 70 participantes. Teve início às nove horas com término ao meio-dia, quando foram hasteadas as bandeiras do Brasil, do CAER e do 1º GAVCA, seguindo-se um almoço festivo.

A sequência do evento contou com a apresentação do Cel Av Araken, Diretor do Departamento Cultural, que palestrou sobre as *Questões Filosóficas da Guerra*. Dando continuidade apresentou-se o Ten Cel Av Schittini com o tema *A Breve História da Guerra*. Encerrando o Seminário, foi a vez de o Cel Av Póvoas proferir palestra com o tema *Pensamento Estratégico Militar da Amazônia*.

O evento contou com a presença de diversas autoridades da Aeronáutica brasileira como o Ten Brig Ar Mendes, Presidente da CFIAER (Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica); o Ten Brig Ar Seixas, participante do Curso do Pensamento Brasileiro; o Brig Ar Quírico, Presidente da ABRA-PC; além do Brig Ar Bohrer e Brig Ar Bhering, conselheiros do INCAER.



Da esq. para a dir.: Cel Av Póvoas, Ten Brig Ar Mendes, Ten Cel Av Schittini, Brig Ar Quírico, Cel Av Araken e Brig Ar Bohrer



Hasteamento das bandeiras

A GEOPOLÍTICA

As grandes transformações que ocorreram no mundo nas duas últimas décadas, dentre as quais tem um grande peso a expansão universal do espaço cibernético, carrearam, como consequência natural, notáveis modificações na geografia humana do planeta. Mudanças que se traduzem em uma reinterpretação histórica da Geopolítica e no questionamento de muitos de seus pressupostos, os quais eram conceituados de forma determinística pelo discurso clássico das ciências políticas.

Denominamos de Geopolítica a ciência que pretende interpretar os fenômenos que permeiam a política nacional ou internacional no estudo sistemático dos fatores geográficos, econômicos, sociais, raciais, culturais e religiosos. Desde a criação do termo pelo renomado geógrafo sueco Rudolf Kjellen, em 1916, em seu famoso livro, que consagra o Estado como organismo vivente, a Geopolítica desenvolveu seu conceito básico segundo o qual os Estados possuem muito das características dos organismos vivos.

Ao mesmo tempo, se anuncia a ideia de que um Estado teria de crescer, expandir-se ou morrer dentro das *fronteiras vivas*. Devido a isso é que tais fronteiras têm uma natureza dinâmica e são susceptíveis a mudanças. A Geopolítica é uma ciência que, por meio da Geografia Política, da Geografia Descritiva e da História, estuda a causalidade espacial dos acontecimentos políticos e seus futuros efeitos.

A Geopolítica teve grande aceitação na Alemanha

no alvorecer do século XX e atingiu grande difusão durante a primazia do regime nazista. O general alemão Karl Haushofer modernizou a Geografia Política utilizando-a como instrumento que justificasse a expansão da Alemanha durante o Terceiro Reich e desenvolvendo as teorias do espaço vital do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (*Lebensraum*), apoiadas pelo professor sueco Rudolf Kjellen. Países como a Rússia, a China e o Japão também deram grande importân-

cia a esta ciência durante os anos 1930 e 1940 do século passado, como meio para atingir o poder global.

A utilização propagandística da Geopolítica acarretou, após a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, seu descrédito e esquecimento, sobretudo no âmbito acadêmico. Não obstante, alguns segmentos, principalmente militares e diplomatas, seguiram interessados por este ramo da Geografia, no qual podiam ser lidos os acordos explicitados na



ATRAVÉS DOS TEMPOS

Conferência de Yalta, onde ditaram as premissas ordenadoras do mundo pós-guerra e que, certamente, moldaram os paradigmas mantenedores da Guerra Fria.

Entretanto as condições que emolduravam o conflito Leste-Oeste e os ideais democráticos do mundo ocidental fizeram modificar substancialmente seus fundamentos e objetivos. Daí se originaram novas teorias emanadas por potências como Inglaterra, França e Estados Unidos, que se orientaram

basicamente a exercer o controle em determinados espaços terrestres e marítimos considerados chaves, o que se materializa por meio de uma gravitação estratégica e econômica, sem necessidade de perpetrar uma anexação territorial do tipo formal.

A expressão prática desta visão está consolidada no Tratado de Defesa do Atlântico Norte (OTAN) e foi sobejamente testada com a crise dos mísseis, ocorrida em 1962. Fica bastante claro que sem os

parâmetros ordenadores da Geopolítica, o mundo teria sido arrasado por uma hecatombe nuclear.

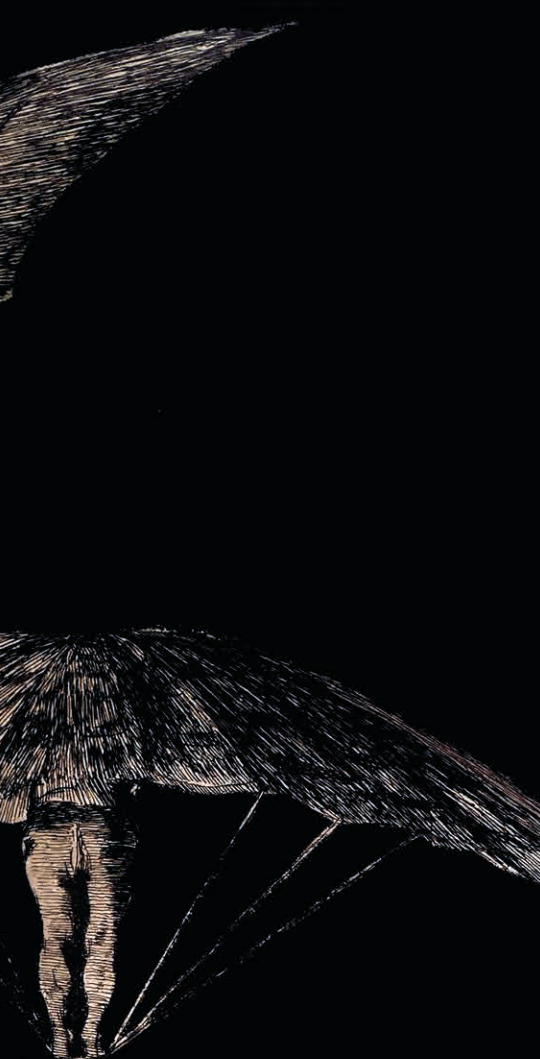
Após a queda do Muro de Berlim, que pôs fim à Guerra Fria, a Geopolítica retomou o interesse perdido e voltou a crescer ao amparo das tensões internacionais surgidas com o desmembramento da União Soviética. É nesse cenário que emergem os Estados Unidos, como a superpotência única, sem contrapesos imediatos. Esta situação os incentiva a iniciar o desenvolvimento de uma política de poder tendente ao controle do mundo, e que tenta legitimar sobre as bases de ser o vencedor da Guerra Fria e de sua superior qualidade econômica, cultural e militar. Dissipa-se assim o tradicional conflito Leste-Oeste e começam a ser mais notórias as diferenças no que concerne a níveis culturais e de desenvolvimento do eixo Norte-Sul.

O Estado-Nação continua sendo o elemento básico do sistema internacional que aglutina a identidade nacional, a coesão de um povo e mantém a sua soberania. Entretanto já não constitui o único ator relevante, e a soberania muitas vezes deve subordinar-se à conveniência de acatar as regras impostas pela globalização. No cenário atual surgem novos e atuantes atores. Entre estes podemos enumerar os blocos econômicos regionais, as reagrupações de Estados objetivando a defesa mútua, as grandes empresas multinacionais e as organizações não governamentais. A Geopolítica, no entanto, segue vigente, com novos atores e cenários, porém em franco desenvolvimento ■





AS INJUSTIÇAS INERENTES AO SISTEMA POLÍTICO E À ESTRUTURA DE NOSSO ESTADO



O Brasil é uma federação maior que o Produto Interno Bruto (PIB), que não perdeu sua origem de Estado Unitário. Teoriza a justiça social e pratica o corporativismo burocrático que inviabiliza seu desenvolvimento. Por isto cresce menos que outras nações emergentes.

Muitos de seus estados deveriam ser territórios, pois não têm densidade financeira para se autossustentar, acarretando suas estruturas políticas, um peso excessivo e desnecessário à população.

O corporativismo, a corrupção e o desperdício de dinheiro público são a marca da falência orçamentária da União, que com carga tributária superior à de países como Estados Unidos, Coreia do Sul, China, Japão e Suíça convive com déficits permanentes e um endividamento beirando os 80% do PIB.

O corporativismo da burocracia, nas três esferas da federação, inviabiliza a

reforma previdenciária e esta inviabiliza o desenvolvimento nacional.

A corrupção – leia-se também concussão, parece ter raízes mais profundas do que a *Lava Jato* desventrou. Seu combate ensejou insegurança jurídica, pois possibilitou um ativismo judicial que ultrapassou, e muito, os limites constitucionais do direito de defesa. Embora necessário o combate ao desvio de dinheiro público, tal combate deve ser feito nos limites da Constituição elaborada por legisladores, e não naquela escrita pelos juízes de todas as instâncias.

E o dinheiro público é desbaratado nessas áreas, com privilégios, concessões, benefícios, desvios, más aplicações de tal ordem que, se esses recursos fossem administrados por uma empresa privada, tal nível de desperdício a levaria rapidamente à falência, sem passar por qualquer tipo de recuperação judicial.

Em face deste quadro, quero lembrar, perfunctoriamente, algumas noções

fundamentais do que é o Estado para que se compreenda que o país tem de mudar definitivamente seu perfil e sua trajetória para o caos.

O Estado é uma sociedade civil politicamente organizada, a partir de seus três elementos essenciais: povo, território e poder. Este é o sentido *lato* que se dá ao Estado. Em seu sentido estrito, é o governo constituído pela sociedade ou o governo imposto à sociedade.

O conceito de Estado também pode ser examinado em conjunto com outros conceitos, como o de nação, mais vinculado à noção de povo, ou seja, a comunidade com os mesmos ideais, língua e cultura que se fortaleceram e desejaram viver em conjunto (povo). Um segundo conceito é o de pátria, que é de rigor, o território onde uma nação vive. E o outro é o de soberania, independência e autossuficiência que um Estado ostenta em relação a outros.

John Stuart Mill chegou a defender a tese de que o Estado corresponde à nação, pelo princípio das nacionalidades, visto que os povos podem ser diversos dentro de um mesmo território, como ocorre com os quatro povos suíços ou aqueles belgas (flamengos e valões).

O Estado é, fundamentalmente, sinônimo de poder, e o poder nem sempre representa a vontade da nação, mas é exercido pela força de quem o detém com condições de não ser afastado, sendo para a manutenção do poder relevante o tributo que o povo paga. Trata-se, pois, de elemento fundamental de domínio.

Há diversas teorias sobre o poder estatal.

Não me deterei, senão brevemente, nos filósofos gregos e sobre as formas reais (Aristóteles) ou utópicas (Platão). O primeiro divide o Estado, a partir das formas de governo, em bons (monarquia, aristocracia e política) e ruins (democracia, plutocracia e tirania). Já o segundo defende o seu modelo de Estado idealizado na República, utópico como foram os modelos de Thomas More (autor de

Utopia) ou de Tommaso Campanella — que em 1602 escreveu *A Cidade do Sol*. Nem irei ao cinismo pragmático de Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*. Começo pela análise do Estado Moderno, estudado na ciência política, ou seja, das diversas teorias que conformam a discussão sobre o perfil do poder, nos tempos contemporâneos.

Necessária se faz, entretanto, uma rápida digressão sobre o direito e a política.

A política e o direito se interligam no pensamento filosófico desde os primeiros escritos, sendo que Arnold Joseph Toynbee atribui a cinco grandes pensadores do mundo curiosa interligação na percepção de que o homem luta desde priscas eras, para desvendar os mistérios entre o bem e o mal, a saber: Isaías, Confúcio, Buda, Pitágoras e Zaratustra.

É interessante atribuir, como o faz, a Buda, Isaías e Zaratustra pensamentos políticos, visto que foram mais líderes religiosos, mas é também notável verificar que a religião e a política se entrelaçam a ponto de o *Velho Testamento* ser para os historiadores um compêndio da história política dos judeus.

O que impressiona é o fato de que suas ideias, como já disse, influenciam a história política de seus povos, muito embora os dois outros pensadores, que tentaram aplicar sua teoria (Pitágoras e Confúcio), fracassassem de forma desconcertante, ao ponto de Pitágoras ter sido contestado como conselheiro do tirano de Crotona, e Confúcio, pela introdução filosófica da burocracia nos sistemas de governo.

O bem e o mal, todavia, representam a marca da luta política, que conforma o direito, sendo que sua percepção, nesta dimensão correta, só foi apresentada pelos filósofos gregos e, particularmente, pelos três que dominaram e dominam a filosofia até hoje: Platão, Aristóteles e Sócrates.

Os três filósofos dividem os governos, o que se torna nítido em Aristóteles,

que sintetiza o pensamento dos demais em bons ou maus.

Não é a forma de exercício do poder ou a forma de conquista que faz de um governo bom ou mau, mas seu exercício. Tanto é verdade que a classificação de um governo como bom ou mau independe das formas distintas de conquista e de exercício.

De rigor, numa subdivisão mais ampla, são os governos separados em seis grupos, a saber: monarquia, aristocracia e política, formas boas; e democracia, oligarquia e tirania, formas más.

A monarquia é a melhor das formas boas e a tirania a pior das formas más, pois ambas representam governo de um homem só. Se bom o governo, a monarquia é excelente, porque o homem bom, que governa, não tem problemas a dividir para obter consenso, mesmo com homens bons. Se mau, ocorre o contrário, não havendo limite do exercício do poder.

A segunda forma boa de governo é a aristocracia, ou seja, o governo de poucos, que se opõe à segunda forma menos ruim de governo, que é a oligarquia, também governo de poucos.

Se os poucos dirigentes forem bons, tendem a criar um governo não tão bom quanto o da monarquia, posto que a média a ser ponderada gerará fatalmente uma solução menos perfeita que a de um só bom homem, sem contestação. Se os homens forem ruins, haverá a tendência de tomarem, também, pela média ponderada, decisões menos ruins do que aquela tomada por um déspota.

Por fim, a pior forma de governo bom é o da política, ou seja, o governo do povo bem escolhido, que, por buscar um consenso, terá de fazer maiores concessões. Nesse caso, fatalmente, as soluções não serão tão boas quanto as de um governo de um homem só ou de poucos.

Volto à análise do Estado Moderno.

As teorias que se debatem são, essencialmente, as teses contratualistas de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau. O primeiro, vendo no Estado a

forma mais eficaz de, sem restrição dos direitos humanos, pacificá-los, em face da natureza humana tendente ao mal, enquanto Rousseau, a partir da natureza boa do homem, vê no Estado a mútua colaboração dos indivíduos integrantes de um povo, para superar suas limitações individuais e criar condições de crescimento generalizado.

Nas duas teorias contratualistas, a partir de concepções diversas de natureza humana, Hobbes vê também no Estado a personificação coletiva desta unidade sistêmica que Rousseau não vislumbra, razão pela qual, para Rousseau, o acordo entre os homens, a fim de gerar o Estado, é necessariamente bom, como o é o Estado (o contrato social). Já para Hobbes, tal contrato é imprevisível, embora inevitável, podendo gerar o Estado do Poder Aético (*Leviatã*). As duas teorias são, pois, contratualísticas, porque partem do princípio de que os homens assim decidem, e não os políticos e os ambiciosos pelo poder, contra a vontade do povo.

Jacques Bossuet e Joseph de Maistre defendem a teoria da monarquia de Direito Divino, que a História conhece desde a mais remota origem, como se percebe nas declarações dos monarcas nos primeiros Códigos conhecidos, de que representavam a divindade na condução dos povos. A monarquia, portanto, é o único tipo de governo correto, pois o poder passa de pai para filho, segundo a vontade divina.

Viktor Cathrein, autor de *Filosofia morale: esposizione scientifica dell'ordine morale e giuridico* (Libreria Editrice, Fiorentina, 1913), e muitos outros hospedam a tese de que os fatos e os acontecimentos geram o Estado, e não um pacto social, a maioria das vezes transcendendo a vontade dos povos, a constituição do Poder Estatal.

Por fim, Francisco Suárez e o Cardeal Roberto Belarmino expõem a teoria clássica do direito natural, não a atual, de que não aos monarcas, mas ao povo. Deus concederá a soberania, cabendo-lhe

a escolha de seu destino, de seus governantes, ou por eleição ou pela aceitação dos governantes que lhe são impostos à força.

As quatro teorias sofrem restrições exegéticas: a primeira, por esquecer a natureza humana; a segunda, por imputar a Deus responsabilidades de má escolha, sabendo-se apenas, pelo Velho Testamento, que Deus outorgou um rei a Israel, a pedido do povo, cansado dos juízes; a terceira, por fotografar a História, mas sem se aprofundar nas razões do poder estatal; e, a quarta, não é de hoje a melhor corrente do jusnaturalismo, porque inclui a participação divina na aceitação concreta de cada governante por parte da sociedade. Esta última corrente coloca o direito natural como elemento limitativo da soberania e da condução do povo, sendo melhor que as demais, e pior do que a moderna concepção do jusnaturalismo de princípios apenas fundamentais.

Miguel Sancho Izquierdo e Javier Hervada procuram definir o direito natural com três palavras: é a *ordem social justa* (*Compendio de Derecho Natural*, v. 1, Ediciones Universidad de Navarra, 1980).

Sem pretender ser cínico, estou convencido de que o poder estatal, mesmo nas democracias, não decorre da vontade do povo, mas daqueles poucos que ambicionam o poder, que conformam as regras e pretendem encontrar formas de sua manutenção pela manipulação da sociedade, mesmo na democracia. Maquiavel e Carl Schmitt tinham razão ao identificar o príncipe e a política com a manutenção do poder ou a oposição entre o amigo e o inimigo. O Poder Estatal é representado pelo poder da minoria que o empalma, com ou sem a participação do povo, elemento secundário nos governos exercidos sempre de acordo com os ideais *pro domo sua* de quem detém o poder.

Apesar de criticado por stalinistas e nazistas, Carl Schmitt ensinava: *O político precisa, pois, situar-se em algumas distinções últimas, às quais pode repor-*

tar-se toda ação especificamente política. Admitamos que as distinções últimas no âmbito moral sejam bom e mau; no estético, belo e feio; no econômico, útil e prejudicial ou, por exemplo, rentável e não rentável. A questão, então, é se também existe uma distinção peculiar não semelhante ou análoga às demais, porém independente delas, autossuficiente, e como tal evidente, como critério simples do político, e em que ela consiste.

A distinção especificamente política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre antigo e inimigo. Ela fornece uma determinação conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou especificação de conteúdos. Na medida em que ela não é derivável de outros critérios, corresponde, para o político, aos critérios relativamente independentes das demais contraposições: bom e mau, no moral; belo e feio, no estético etc. (O Conceito do Político, Editora Vozes, 1992).

Helmut Kuhn, talvez, ao definir que o Estado é um *mero instrumento do poder*, coloca o poder além do Estado (*El Estado: una exposición filosófica*, Editora Rialp, 1979).

Os detentores do poder no Brasil, infelizmente, ainda estão longe de entender a necessidade de enfrentar os desafios do século 21 adaptando os países às suas reais necessidades, pois grande parte deles desconhece até o que seja o Estado, a política, o governo, a federação, a economia, as finanças públicas, o direito, a governança conjunta, a democracia. Com isso, acabam reduzindo problemas complexos a uma simples teoria do exercício do poder, não percebendo que para todos os problemas complexos existe uma solução simples, geralmente errada.

O Brasil só sairá da crise se tiver condições de combater o corporativismo, a corrupção e o desperdício e providenciar as reformas previdenciária, tributária, administrativa, política, social e do Judiciário e do Ministério Público ■

COLÔMBIA

Ricardo Vélez Rodríguez

Filósofo e futuro Ministro da Educação

Professor Emérito do Curso do Pensamento Brasileiro.

Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa" da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor Emérito da ECEME-RJ. Docente da Universidade Positivo, Londrina.

rive2001@gmail.com



AMADURECIMENTO DEMOCRÁTICO

As recentes eleições presidenciais na Colômbia deram o triunfo ao jovem candidato liberal-conservador Iván Duque (41 anos). O presidente eleito é advogado e trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington. Tinha sido eleito senador, em 2014, pelo Partido Centro Democrático (chefiado pelo ex-presidente Álvaro Uribe Vélez). Liderou, ao lado dele, a campanha de oposição aos Acordos de Paz (na forma em que tinham sido negociados pelo Governo do presidente Juan Manuel Santos, conferindo vantagens exageradas aos líderes das FARC), tendo ganhado o plebiscito pelo não em 2016. Durante a campanha, Duque defendeu a reformulação dos Acordos de Paz, que deverão ser revistos pelo Parlamento, revisando as penas simbólicas dadas aos líderes guerrilheiros e exigindo que os chefes máximos passem a cumprir penas privativas da liberdade e não possam se candidatar para cargos eletivos majoritários (deputados e senadores).

Duque contesta a interpretação dada pelos negociadores dos Acordos de Paz quanto às atividades das FARC como cartel de narcóticos, que eliminaram a culpabilidade dos líderes guerrilheiros pelo delito de narcotráfico. Teria sido cometida aqui uma injustiça flagrante, segundo Duque, contra os demais detentos pelo delito de narcotráfico, que amargam pesadas condenações, tendo sido os chefes dos demais cartéis extraditados para os Estados Unidos, de acordo com a legislação colombiana vigente. De outro lado, Duque propôs, na sua campanha, que fossem redefinidas as ajudas financeiras prometidas aos guerrilheiros anistiados, exigindo que estas sejam pagas com os enormes capitais que as FARC juntaram em bancos no exterior, ao longo dos 50 anos de sequestros e roubos praticados em todo

o território nacional. O candidato vencedor, de outro lado, defendeu a revisão da anistia aos mais de mil ex-guerrilheiros que não entregaram as armas à Comissão Verificadora das Nações Unidas. Os colombianos não estavam satisfeitos com as condições em que o Governo de Juan Manuel Santos negociou a paz com as FARC. E deram o triunfo a Iván Duque.

Como vice foi eleita a senadora pelo Partido União Nacional, Marta Lucía Ramírez (63 anos), uma experiente política conservadora, que já foi ministra de Comércio Exterior, embaixadora na França e Ministra da Defesa. Quem costurou a candidatura de Iván Duque foi o senador Álvaro Uribe Vélez, correligionário do mesmo partido do presidente eleito. Uribe conseguiu realizar uma ampla pesquisa de opinião entre os três partidos colombianos de tendência liberal-conservadora (Partido Conservador, Partido do Centro Democrático e Partido União Nacional). Num debate democrático em que foram discutidas as propostas dos aspirantes, em eleição direta entre os membros das três agremiações, a candidatura de Iván Duque foi aprovada por mais de quatro milhões de votos. Assim, o atual presidente conta com o apoio interpartidário das forças liberais-conservadoras da Colômbia, um fato inédito que revelou a capacidade negociadora de Uribe Vélez. A esse consenso veio se somar o apoio das forças de centro e de esquerda moderada, deixando para o candidato derrotado, Gustavo Petro (58 anos), o apoio das forças da esquerda socialista e do liberalismo oficialista de Juan Manuel Santos. Os membros moderados do tradicional Partido Liberal votaram em favor de Duque.

O presidente eleito consolidou o seu Programa de Governo a partir da criação, antes das eleições, do *think tank* denominado de *Centro de Pensamento Primeiro Colômbia*. Foram analisadas pelos pes-

quisadores e coordenadores da campanha 5.600 Propostas de Governo ao longo de 2016. Como resultado desse debate, o presidente eleito escreveu dois livros em 2017, em que destaca duas preocupações básicas: o debate em torno de como potencializar as oportunidades empresariais na Colômbia, além da discussão em torno de políticas públicas que freassem a corrupção. Quanto ao primeiro aspecto, Duque ressaltava duas providências urgentes: uma política de obras públicas que modernize a logística colombiana no que tange a estradas, linhas férreas, portos e aeroportos; e, em segundo lugar, propostas para dinamizar a educação média e superior, aproximando-as do empreendedorismo.

A Colômbia encontra um novo espaço para avançar rumo ao aperfeiçoamento da sua democracia, solidamente enraizada no sucesso econômico, mediante a abertura global (com tratados de livre comércio com os Estados Unidos, Europa Ocidental e o Bloco Asiático) e a dinamização de uma realidade econômica interna que já era positiva no quinquênio 2013-2017. A produtividade se desenvolveu exponencialmente ao longo do último ano com um crescimento de 10,5% na indústria (tendo mantido o aumento da produtividade em 34 das 39 atividades manufatureiras registradas; 8,8%, na exploração de petróleo; e 8,3%, no comércio).

O reto do crescimento econômico é importante para melhorar a qualidade de vida dos colombianos, que, se bem deram o triunfo a Duque (com 11,5 milhões de votos, correspondentes a 54% dos eleitores), também votaram no candidato da esquerda, o ex-guerrilheiro do M-19 Gustavo Petro (2,3 milhões de votos, correspondentes a 41,8% dos eleitores), mas com uma presença marcante de 800 mil votos em branco. Lembremos que na Colômbia o voto não é obrigatório ■

LÍNGUA PORTUGUESA

Marco Americo Lucchesi
Presidente da Academia Brasileira de Letras
Professor

presidencia@academia.org.br

*Discurso de posse na Academia das Ciências de Lisboa,
em 16 de outubro de 2018.*

Do sonho dos poetas e escritores lusitanos vivi anos a fio de minha juventude. Protegido pelos fortes dos séculos XVI e XVII que margeiam a Guanabara, entre o Rio e Niterói, e velam o tesouro da língua que me precede e arrebatava. Tal como o farol intermitente da Fortaleza de Santa Cruz, quando fixo a entrada noturna da baía. Origem de uma língua que tem o mar como destino e comunhão. Minha janela alcança o velho mar que nos une.

Nenhum corsário, por incógnito e sub-reptício, será capaz de arrancar de nosso meio a intensidade do til e da nasalização e a plácida melodia das vogais manuelinas, vibráteis, cuja precisa escansão é um tributo ao erário de um português fiel ao seu passado. Nossa língua não perdeu; seu DNA, antes se amoldou, onívora, a um destino polifônico.

Se adentrarmos os subúrbios da Leopoldina, a voz do povo reveste-se da pátina quinhentista, para além da toponímia, nas antigas flexões e prefixos verbais, boa parte de quanto surge nos cantos de *Os Lusíadas*, pronunciados pela gente simples, as levas migratórias das ilhas e continentes que foram outrora de el-rei e dos impérios da África.

Meus ouvidos de menino seguiam essas ondulações, fluxo e refluxo, passado e futuro, aquela mesma síntese com a qual Machado de Assis inventou uma expressão toda sua, forjada num eterno presente, rigoroso e salutar.

Dei início a uma navegação de cabotagem, sem agulhas de marear, na imensidão linguística do português, às vezes, em horizonte trágico-marítimo, armado de sonho claro e de esperança vã, ao renegar o *nec plus ultra* de minhas colunas de Hércules, inspiradas desde a Escola de Sagres ao tempo extinto da *Ulisseia*, de Gabriel Pereira Castro.

Em meus albores, tomei o partido de Vieira na carta ao Bispo do Japão, porque um dia dom João IV há de ressuscitar, e a cujo encalço lançamo-nos há séculos para, quem sabe, atravessarmos, um dia, o atalho do espaço-tempo, a famosa ponte de Einstein-Rosen. Teci infinitas conversações com Cesário e Florbela, desde a rapariga de *um bairro moderno* a seu anverso feminino e àquele cabo tormentório, em cujas águas se ocultou.

Tal como Sá-Carneiro, ando perdido entre o que sou e uma intangível alteridade, a salvo, tão-somente, porque unido aos heterônimos de Pessoa, em cujas formas se dissolvem meus cuidados.

Quantas luas contei nas águas, densas e bravias, plácidas e altivas, de Camões, antes de vislumbrar a esplendorosa Vênus desnuda. Morro-me quando procuro Antero, entre nuvens e relógios, ao longo de um inacabado pôr de sol e, com igual fervor, afundo os remos na noite escura de Al Berto, furiosa e quebradiça, tamanha a sua beleza imponderável.

Não me afasto um centímetro da temática de Gedeão, pois a ideia-número guarda uma poética intrínseca.



E vou cercado pelo magma de Herberto, cuja atividade vulcânica não cessa na minha alma sísmica, lapili de palavra e soledade, ritmado o esconjuro intermitente *à hora mortis*.

Embora a lista se apresente inacabada, invoco a latência de um emblema: dom Sebastião, perdido nas lonjuras de um império imaterial.

Procuro a desejada parte oriental, mais imprecisa e ecumênica, através de *Mensagem* e *Tabacaria*, frutos sazonados

E CULTURA DA PAZ



de uma abrangência fundada nas coisas mais diáfanas e sutis.

Como não lembrar de José Régio, naquela *alvorada de névoa*, prefácio do rosto de el-rei: *Numa Ilha ignota é que ele agora vivia, o Encoberto e o Desejado de sempre. E um dia viria, numa alvorada de névoa, resgatar o seu Reino da pobreza e da vergonha (...) o capitão de Deus, o Rei da esperança maior que os desesperos, o vencedor da sua própria imperfeição mortal...*

Quanto seria longo e inútil confessar a adesão sebástica de que sou vítima, os encobertos que busquei, nos labirintos de Vieira e nas águas conceituais de Pessoa, nos excessos de Sampaio Bruno e nos feixes de sentido em Teixeira de Pascoaes. Cada qual inclinado ou arrastado a um multiverso de futuro impossível, tão variegadas mostram-se entre si as leituras dissonantes de um rei inacabado.

A inscrição do futuro dá-se através do legado de um espectro flutuante das

línguas portuguesas, a imagem sebástica, aqui e agora, pois a volta ao passado é apenas uma hipótese da teoria de Gödel, restrita a não poucos impasses.

Em outras palavras, não será possível alcançar, através da máquina do tempo, o rosto de dom Sebastião. Somente nas malhas da língua viva, nos poros da pele, nas muitas cores e diversas latitudes, na forma de grafá-las ou traduzi-las é onde daremos início a uma nova epistemologia: na interface com outras línguas, no tempo

agora, no vislumbre da aura e de sua conseqüente epifania.

Língua que une e separa, integra e desintegra, partilhada por avaros e pródigos. Língua indomável, nas dobras e rizomas da interlíngua, nos espaços entre as palavras, vogais e consoantes. Somente aqui a língua portuguesa assume toda a sua vocação especular, como na hóstia do padre Manuel Bernardes. Brilha no fragmento o sinal de uma totalidade interrompida, sem exclusão do sujeito, de seu irredutível espaço, de sua corrente identidade. Toda a pertença, todo o acúmulo de sonhos que o atravessa, no rumorejar do tempo.

Lembro-me do ensaio de Mircea Eliade, *Camões e Eminescu*, no elogio das línguas extremas da latinidade, o romeno e o português, línguas de fronteira, capazes de enorme assimilação de mundo e espaço-tempo, um romaneio de palavras, para torná-las *sui juris*.

Línguas que se fazem notar pela beleza, Vênus desnuda, cujas extremidades se tocam no corpo de um latim que mal se reformou, entre o Atlântico e o Mar Negro, à deriva de demandas pristinas e atuais, como um graal inquieto e preservado.

Língua sem barreiras, sem medo de arrostar novas comunidades, formas de diálogo que dissolvam fantasmas ideológicos, em decomposição.

Foi Eduardo Lourenço quem corajosamente definiu, em *A nau de Ícaro*, o movimento pendular que une e divide nossos países. O Brasil não cometeu devidamente o parricídio, como se filho de si próprio se tornasse, sem forças de recuperar os laços fundadores. E Portugal não se libertou de uma saudade projecional do Império, preso no labirinto de suspiros e saudades, nos braços do Minotauro, sem o fio de Ariadne. Diz Eduardo Lourenço, em outra parte, sobre uma possível lusodifusão: é no espaço cultural, não só empírico, mas intrinsecamente plural, que os novos imaginários definem que um qualquer sonho de comunidade e proximidade se cumprirá ou não (...) É bom estar na casa dos outros como na nossa. É melhor que os outros

estejam em nossa casa como na sua. Mas isso nem se pede, nem se sugere. Esperemos que nos encontremos em qualquer coisa como a antiga casa “miticamente comum” por ser de todos e de ninguém.

Essa casa miticamente comum repousa na dinâmica de um projeto em construção, de todos e de ninguém, como o Homero da Grécia, reclamado por todas as cidades, nascido em todas as épocas. Assim, pois, a casa comum da lusotopia, multidiversa e plurimodal, dispõe de um volume generoso de tempo, em que nos assentamos, respeitosos, sem esconder a síntese de que somos filhos e protagonistas, com as línguas ao sul do Atlântico, das Áfricas e das Índias.

Leio o capítulo sexto da História do futuro e substituo a presença de Portugal, sem a apagar, fixando-me no rizoma de proporções planetárias, a própria lusocromia: *Não venceram só a Poro, rei da Índia, e seus exércitos; mas sujeitaram e fizeram tributárias mais coroas e mais reinos do que Poro tinha cidades. Não navegaram só o mar Indico ou Eritreu, que é um seio ou braço do Oceano, mas domaram o mesmo Oceano na sua maior largueza e profundidade, aonde ele é mais bravo e mais pujante, mais poderoso e mais indômito: o Atlântico, o Etiópico, o Pérsico, o Malabárico, e, sobre todos, o Sínico, tão temeroso por seus tulões e tão infame por seus naufrágios. Que perigos não desprezaram? Que dificuldades não venceram? Que terras, que céus, que mares, que climas, que ventos, que tormentas, que promontórios não contrastaram? Que gentes feras e belicosas não domaram? Que cidades e castelos fortes na terra? Que armadas poderosíssimas no mar não renderam? Que trabalhos, que vigias, que fomes, que sedes, que frios, que calores, que doenças, que mortes não sofreram e suportaram, sem ceder, sem parar, sem tornar atrás, insistindo sempre e indo avante, com mais pertinácia que com instância?*

Não se trata de um discurso de guerra, mas de seu contrário, uma conquista de

mão dupla, sem vencedores ou perdedores. Metáfora de paz arrevesada.

Em tamanha diversidade, havemos de recuperar um dia o rosto de dom Sebastião. Como quem reúne os 14 pedaços de Osiris, ao longo do Nilo, para recompor sua figura. Ou, ainda, os 201 pedaços de Exu, desde a cultura iorubá, como lembrou recentemente o rei de Ifé, em visita ao Brasil, a fim de apaziguar a alma dos escravos mortos. Ou talvez melhor: quando, no *Bhagavadgītā*, toda a beleza de *Kṛṣṇa* se desvela, em seus olhos, como o Sol e a Lua conjugados, os braços infinitos, sob intensa *massa de esplendor*, guardião do devir, fruto de uma insólita adição épica.

Assim também a língua portuguesa, como os rostos e os corpos de *Kṛṣṇa*, centrada e descentrada, ao longo de um núcleo semântico centrado e descontínuo.

Eis a latência infundável de dom Sebastião, mártir redivivo, na etimologia do testemunho, de um tesouro equívoco, a desenhar a cultura da paz, das areias do deserto ao delta do Ganges, ao longo das *colaterais constantes rochas* do Amazonas, do Tejo e do Minho, aos rios e oceanos de um império urdido em metáfora e saudade.

Também aqui Sebastião: a espera ativa, de língua e liberdade, em que se consumou boa parte de uma persona flutuante ou sediciosa, como em Canudos, visto por Euclides da Cunha, em Pedra Bonita fixada por Ariano Suassuna, nas rútilas distâncias de Goa e de Macau, em Timor Leste, nas ilhas de Cabo Verde afortunadas.

De todas as partes, a casa comum cresce na urdidura delicada de que somos feitos, e emancipados no futuro, sem perder a origem e as dores do parto.

Um Sebastião travestido de língua, um rei ambíguo, transfigurado. Última *flor do Lácio*, jardim afro-brasileiro, onde cabem todas as Índias, também uma jangada de pedra.

Não tenho dúvidas: a língua portuguesa é o semblante do Encoberto e Desejado, onde todos se reconhecem numa densa e luminosa alteridade especular.

Muito obrigado pela acolhida neste egrégio Sodalício ■

DIGNIDADE NACIONAL FRENTE À IDEOLOGIA DO CONFLITO

Percival Puggina

Membro da Academia Rio-Grandense de Letras, arquiteto, empresário e escritor.

puggina@puggina.org

Como entender esse sentimento de inferioridade, de desprezo em relação a nós mesmos, sendo herdeiros de uma história e de uma cultura tão ricas? Qual a causa desse rastejar em culpas e remorsos, como se ser brasileiro equivalesse a viver num estuário de vilanias e maldições?

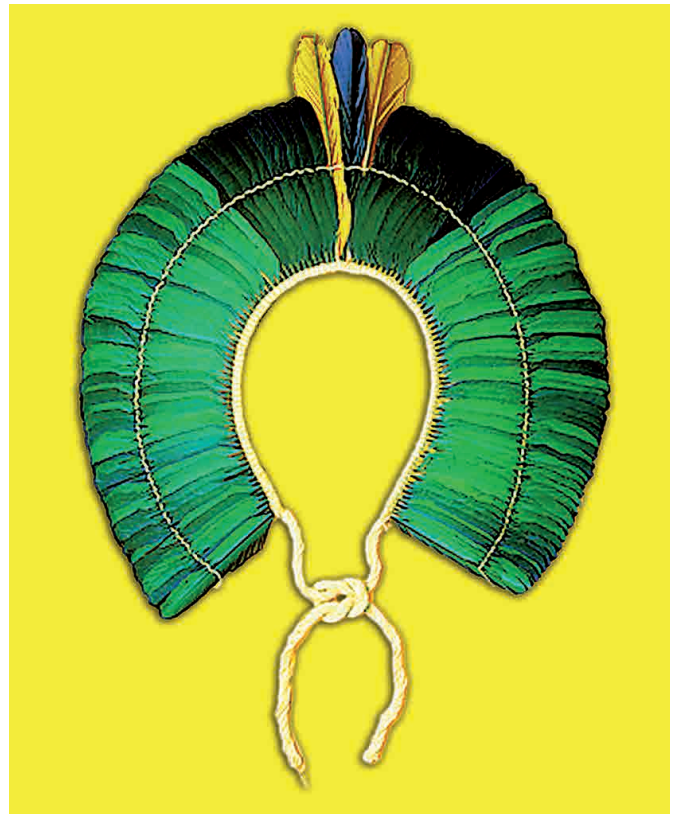
A visão negativa a que me refiro iniciou com a propaganda republicana. Entretanto, nada fez tanto estrago à nação quanto o discurso esquerdista ao suscitar conflitos sem os quais sua ação política entra em coma.

É como se a História do Brasil fosse uma reportagem de horrores que começa com genocídio indígena e escravidão. A partir disso não tem mais cura nem conserto. Ora, qual país não registra páginas escuras em seus anais? Qual não viveu ou criou situações assim? Não conheço outro, contudo, que as traga de modo permanente à luz para repudiar suas origens desde o Descobrimento, injuriar a identidade nacional e desprezar a própria dignidade. Desconheço estupidez análoga em outro lugar do planeta!

São ideias difundidas por supostos estudiosos dos temas nacionais que se aborrecem com o fato de nosso povoamento haver transcorrido no período histórico correspondente ao absolutismo monárquico. Deprime-os a maldição de que o mercantilismo fosse o sistema econômico então vigente. Incomoda-os saber que no século XVI foi levado o último toco de pau-brasil, sem o qual fomos obrigados a sobreviver até hoje. Atribuem nossas dificuldades financeiras ao ouro arrancado de nossas entranhas (uma exploração privada, sobre a qual a Coroa cobrava 20% de imposto) e que gerou desenvolvimento econômico e social em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

De fato, a Coroa portuguesa entre os séculos XVI e XIX não regia uma economia de livre mercado, não era uma monarquia constitucional, nem uma *democracia popular*, nem era *politicamente correta*! Ora pombas, que coisa mais anacrônica!

Prefiro outro modo de ver a História. Prefiro valorizar a riqueza cultural de que somos herdeiros, enriquecida pelo aporte das várias etnias que aqui se agregaram. Nessa herança, valorizo o idioma que falamos. Ele resulta de laboriosa construção no tempo e lança raízes na Península Ibérica desde que, vitorioso na Terceira Guerra Púnica, o Império Romano conquistou a região e criou a província Lusitânia. Não fosse isso, falaríamos o idioma púnico de Cartago,



ou o germânico dos suevos, ou o gótico dos visigodos. A história do nosso belo idioma também é nossa e tem tudo a ver com a cultura e a identidade nacional.

A religião é parte integrante da cultura dos povos em todas as civilizações. Não há povo sem religião. Parte valiosa de nossa identidade, então, está fornecida pelo cristianismo aqui aportado de múltiplas formas pelos nossos povoadores. É igualmente longo, procede de Roma e vive momentos decisivos na Ibéria do século VI, o processo de conversão daqueles povos ao cristianismo. Também é nossa essa história.

A ideologia do conflito, revolucionária, precisa destruir a base cultural das sociedades ocidentais cristãs. Tanto quanto Marx viu a religião como ópio do povo, seus seguidores percebem que precisam destruir a cultura do Ocidente. Para isso trabalhou a Escola de Frankfurt e para isso opera parcela expressiva do mundo acadêmico brasileiro.

Como parte dessa estratégia perversa, enquanto outros povos se orgulham de sua nacionalidade, cultuam seus grandes vultos, enfeitam suas cidades com monumentos que os exibem à memória e reverência de sucessivas gerações, aqui eles são escondidos. Quantos monumentos a Bonifácio? Frei Caneca? Nabuco? D. Pedro II? Isabel? Mauá? Rio Branco? Caxias? Patrocínio? Rui? Quantos estudantes brasileiros conseguiriam escrever cinco linhas sobre qualquer deles?

Se não vemos dignidade em nossa História, dificilmente a veremos em nós e muito mais dificilmente a veremos nos outros. Seremos grotescos pichadores de nós mesmos. Tenho orgulho das minhas raízes como brasileiro. É a política do tempo presente que me deprime ■



TRADUZINDO HIERARQUIA E DISCIPLINA

General de Exército Marco Antônio de Farias
Ministro do Superior Tribunal Militar

De início, ressalta-se que as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia da lei e da ordem, resguardando o funcionamento do Estado e protegendo o patrimônio material e imaterial do nosso país.

Contudo, essa prontidão à Nação não se limita ao emprego no estado de guerra ou em outras situações beligerantes. Projeta-se na paz, no cotidiano, quando o militar se dedica ao preparo permanente, às eventuais operações de garantia da lei e da ordem, na execução de ações subsidiárias, além de uma gama variada de imprescindíveis atividades meio.

Em tempo de guerra, o emprego prioritário das Forças Armadas é marchar para o enfrentamento do conflito armado. No tempo de paz, o preparo e as atividades operativas e administrativas têm o objetivo de internalizar, em seus efetivos, o rol de valores e de princípios que conduzem à defesa da integridade das instituições nacionais e da soberania do país. Em qualquer dessas situações, a Hierarquia e a Disciplina compõem o alicerce que sustenta o sagrado compromisso do cumprimento do dever a qualquer custo.

São duas singelas palavras que encerram gigantes bases principiológicas a serem preservadas. É trabalho paulatino de conscientização, em que não se pode admitir qualquer tipo de ruptura, provocado por agente, militar ou não, sob o risco de restar comprometida a própria razão de existência das Forças Armadas.

Atualmente a mera citação desses princípios, Hierarquia e Disciplina, sem a tradução de seus vitais desdobramentos,

não deixa que o sol de valores neles guardados mostre toda a sua luz. A Hierarquia e a Disciplina são os pilares de sustentação das Forças Armadas, não porque tais princípios constem da Constituição. Pelo contrário, esses **valores** constam da Constituição por serem essenciais para a existência das Forças Armadas.

E por que são **valores** essenciais?

Note-se que, no âmbito das Instituições Militares, o termo valores diz respeito a referenciais e fundamentos imutáveis, de caráter coletivo. Eles atuam como catalisadores e influenciam, de forma consciente ou inconsciente, o comportamento e a base de conduta profissional do militar. A Hierarquia e a Disciplina são essenciais porque sobre esses valores se edificam todos os demais que emolduram a consistência moral, ética, jurídica e profissional de uma Força Armada.

Discorramos, então, sobre eles:

DISCIPLINA

Conforme o Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – a Disciplina está conceituada nos seguintes termos:

Art. 14 (...)

§ 2º *Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.* (grifo do autor)

§ 3º A disciplina e o respeito à *hierarquia* devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

Disciplina, prezados operadores do Direito, não é somente responder com educação e respeito à ordem recebida do superior. Não é simplesmente prestar-lhe a continência ou solicitar autorização para se retirar da sua presença. Esses procedimentos são exteriorizações da Disciplina.

É lícito, então, assinalar que Disciplina é muito mais que isso. Disciplina é algo do interior, é razão, é culto, é crença. Disciplina é aceitar conscientemente que os interesses pessoais perdem a prioridade em proveito do cumprimento do dever; é acatar as decisões do chefe, do diretor ou do comandante, em qualquer nível, mesmo diante de discordância inicial; é avançar para alcançar o objetivo estabelecido na tarefa, mesmo que isto lhe traga receio ou desconforto. É saber que as ordens emanadas pelo superior deverão ser atendidas porque, legais, elas foram precedidas de análise e de cuidadoso planejamento; é acreditar que o cumprimento pleno das ordens é algo necessário e essencial para o sucesso de qualquer atividade; é estar convicto de que o coletivo se sobrepõe ao individual.

A Disciplina é obediência, e o ato de obedecer identifica a nobreza da alma. Ser disciplinado é, ao amanhecer, despertar para servir e somente dormir mediante a certeza de que nada deixou de ser executado naquela jornada.

Disciplina é, também, vencer o medo pela intenção de alcançar o êxito e de praticar

as boas recomendações estabelecidas nas leis, nas ordens e nos regulamentos.

Disciplinado é aquele que ocupa e garante o seu posto de serviço, seja a bordo de um navio, no hangar das aeronaves ou ao relento num ponto extremo do último pedaço de chão nacional, de dia ou de noite, com frio ou calor, na chuva ou no sol.

Disciplina é honrar a farda, a organização militar à qual pertence, a sua Instituição e a sua Pátria; é esforçar-se pelo aprimoramento próprio, superando fragilidades e preparando-se para melhorar o seu desempenho e bem cumprir as suas atribuições. Disciplina é colocar o seu corpo como escudo na defesa dos ideais da sua gente.

Enfim, Disciplina é compromisso, é culto, é vontade, é crença, é desapego, é dedicação, é tenacidade, é valor e é dever!

Por outro giro, a ofensa à Disciplina atinge desfavoravelmente o estamento militar, pondo em risco o cumprimento do dever, o compromisso profissional e a confiança mútua, aspectos substanciais para a funcionalidade das atividades castrenses.

Mudanças crescentes de costumes e de valores na sociedade nem sempre se admitem no cotidiano da atividade militar. Neste sentido, lesiona frontalmente a disciplina, a utilização de meios informatizados ou de redes sociais para criticar, contestar ou manifestar desacordo contra atos emanados das autoridades competentes, superiores hierárquicos ou governamentais.

A quebra da Disciplina na estrutura militar de forma contínua, individual ou coletiva, é impensável, porque provocaria a ruptura do alicerce de sustentação das Forças Armadas, ensejando que grupos de homens, com armas na mão, transformassem tropas em milícias ou, pior ainda, em bandos. Certamente ao final essas armas estariam apontadas na direção errada.

E A HIERARQUIA?

Por sua vez, segundo o Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – a hierarquia assim consta definida:

Art. 14. (...)

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A orde-

nação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é substanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. (grifo de autor)

A partir das Legiões, o Estado Romano conseguiu impressionante expansão territorial, tendo por base a incorporação de notáveis mudanças na arte da guerra, que influíram para a superação de hordas de bárbaros de outrora.

A História descreve que Roma Antiga deixou marcante legado aos exércitos da era moderna, com destaque para inovações na organização e na estrutura militar até então desconhecidas. A criação das patentes e a descentralização do comando associado a treinamentos específicos contribuíram para a transformação de homens simples em soldados de alto nível, ordenados em escala hierárquica e empregados em novas táticas e estratégias bélicas. Foram fatores de sucesso em conflitos diante de tradicionais adversários e de povos guerreiros.

Com isso, é possível atribuir aos romanos, ao longo de gradual processo de formação, a origem da Hierarquia militar presente, nos dias atuais, em qualquer exército do mundo.

Hierarquia é o ordenamento do mando e da subordinação; é respeito; é a consciência de que cada militar tem uma *posição* para si na estrutura da organização castrense; que esse espaço denomina-se posto ou graduação, e que deve ser ocupada com responsabilidade e dignidade.

Hierarquia é a estratificação do Poder, cujas camadas sobrepostas garantem a solidez da autoridade; é precedência e acatamento; é competência, atribuição e direito; é confiança e estímulo; é coesão; é mérito e é progresso.

Hierarquia é ordem e é dever.

A quebra da hierarquia redundaria no fracasso da autoridade, na inversão da competência, no pandemônio marginal. Seria o retrocesso às comunidades primitivas, em que a autoridade sobre o grupo passaria a ser exercida pelo mais forte e não pelo mais capacitado e legalmente constituído.

Conclusão

A Hierarquia e a Disciplina são o combustível indissociável da profissão militar,

sem as quais as Forças Armadas estariam despidas do ponto de partida dirigido ao êxito de sua destinação constitucional.

Nesse passo, não se poderia ordenar aos subordinados que enfrentassem a morte em períodos de guerra ou em situações de crise, em qualquer terreno ou sob as mais rígidas intempéries, sem a mentalidade edificada diuturnamente, como aço, nos fortes pilares da Hierarquia e da Disciplina.

Nenhum soldado derrama o seu sangue pela população civil se não estiver talhado, em sua alma, o sentido magnânimo de sua profissão. Esse processo virtuoso somente efetiva-se segundo a estreita via do sentimento patriótico, sempre balizado pelo imprescindível aprendizado sistemático da Hierarquia e da Disciplina. Assim, enquanto se almeja do agrupamento castrense cumprir a sua destinação, prevista no Art. 142 da Carta Magna, jamais se pode admitir a ofensa, por parte do cidadão, aos princípios fundamentais contidos no dispositivo constitucional para o segmento militar.

Frise-se que, ao serem julgados processos, perante o STM, voltados a fatos ocorridos durante períodos de paz, os referidos princípios devem ser aplicados com maestria e conforme pedagógica visão prospectiva, pois, quando as situações de crise advierem, inexistirá tempo para incutir, com eficiência, a mentalidade da profissão porventura dantes desprezada.

O organismo militar somente conseguirá manter-se consolidado se houver a observância e a prática diuturna, especialmente na paz, dos valores e princípios irradiados pela Disciplina e pela Hierarquia. Esta base principiológica, contudo, jamais alcançará efetividade se não for tutelada por um ordenamento jurídico consistente, atuando de forma célere e equânime.

Por isso, a Justiça Militar da União (JMU) deve manter integralmente sua competência constitucional, confirmando-a sempre que os artigos 9º e 10, ambos do Código Penal Militar (CPM), a invocar, repudiando dúvidas improcedentes, as quais poderiam, por vezes, combalir a sua própria existência.

A JMU é a garantidora especializada da manutenção dos pilares básicos que sustentam as Forças Armadas e, em especial, do serviço que prestam à sociedade brasileira ■

HOMENAGEM A SANTOS-DUMONT EM PARIS

Ten Brig Ar Antonio Carlos Moretti
Bermudez

Comandante-Geral do Pessoal
e futuro Comandante da Aeronáutica

Em 1906, no Campo de Bagatelle, em Paris (França), Alberto Santos-Dumont, Pai da Aviação Mundial e Patrono da Aeronáutica Brasileira, fazendo da luta contra o desconhecido um objetivo maior, realizou o primeiro voo em um aparelho mais pesado que o ar, o 14-bis.

Decorrido quase um século, em 2005, tive a oportunidade de assumir o cargo de Adido de Defesa e de Aeronáutica do Brasil na França. Naquela época, dois grandes eventos estavam marcados para acontecer: o Ano Brasil na França, em 2005, e o Centenário do Voo do 14-bis, em 2006.

Ao começar minhas atividades, o motorista da Adidância, Sr. Carlos, contou-me sobre a existência de uma placa, há alguns anos, na fachada de um prédio da Avenida des Champs-Élysées, com um texto sobre Alberto Santos-Dumont. Segundo ele, devido a uma reforma, tal placa fora removida e nunca mais colocada em seu lugar. Ficava afixada na altura do segundo andar, e era de difícil visualização.

A partir das informações que obtive, iniciei os contatos possíveis, verificando com inquilinos, com antigos proprietários e com a própria Mairie de Paris (Prefeitura), se era do conhecimento de alguém o paradeiro da referida placa. Depois de muito buscar, encontrei uma antiga imobiliária do prédio, que me deu o caminho das pedras. De início, como era de se esperar, tivemos dificuldades de toda a ordem.



A placa antiga não foi encontrada, por isso fizemos uma nova e nela colocamos uma silhueta de Santos-Dumont – que não existia na antiga, e que foi retirada da capa do livro de autoria de Sílvio Amorim, intitulado *De Cabangu para o Mundo – (via Paris)*.

Achei que seria muito importante inserir a silhueta do Pai da Aviação na nova placa, por um único motivo: as pessoas seriam atraídas inicialmente pela imagem, e depois leriam a mensagem repetida da antiga placa, expressa em pequenas letras. Após árdua procura em revistas e jornais, a informação fora encontrada nas páginas de um antigo livro sobre o Pai da Aviação.

Em outra frente, continuávamos buscando, junto à empresa, a autorização para recolocarmos a placa no prédio, mas desta vez, a uma altura mais baixa, para que todos os pedestres pudessem vê-la, admirá-la e fotografá-la com facilidade. Não foi fácil eles atenderem nosso pedido para a mudança do lugar da placa, até porque o prédio passaria por uma grande reforma em sua fachada.

Assim, em 2006, por ocasião das comemorações dos 100 anos da realização do voo do 14-bis, em homenagem ao homem que teve o lampejo capaz de ligar o espaço que separa o querer do realizar, foi recolocada uma placa no prédio onde ele morou, na Avenida des Champs-Élysées nº 114 (Paris), em frente ao qual, no ano de 1903, pousou com o seu Dirigível nº 9.



Confesso que foi uma sensação indescritível para o então Cel Av Bermudez, após 100 anos, deixar novamente registrada, na calçada da Avenida mais famosa do mundo, em destaque, uma referência ao gênio brasileiro, pela sua extraordinária conquista que aproximou o homem do Criador; que deu asas à Humanidade, uniu povos, integrou continentes; e que, com olhar sábio, se atreveu a defrontar paradigmas e conceitos até então petrificados.

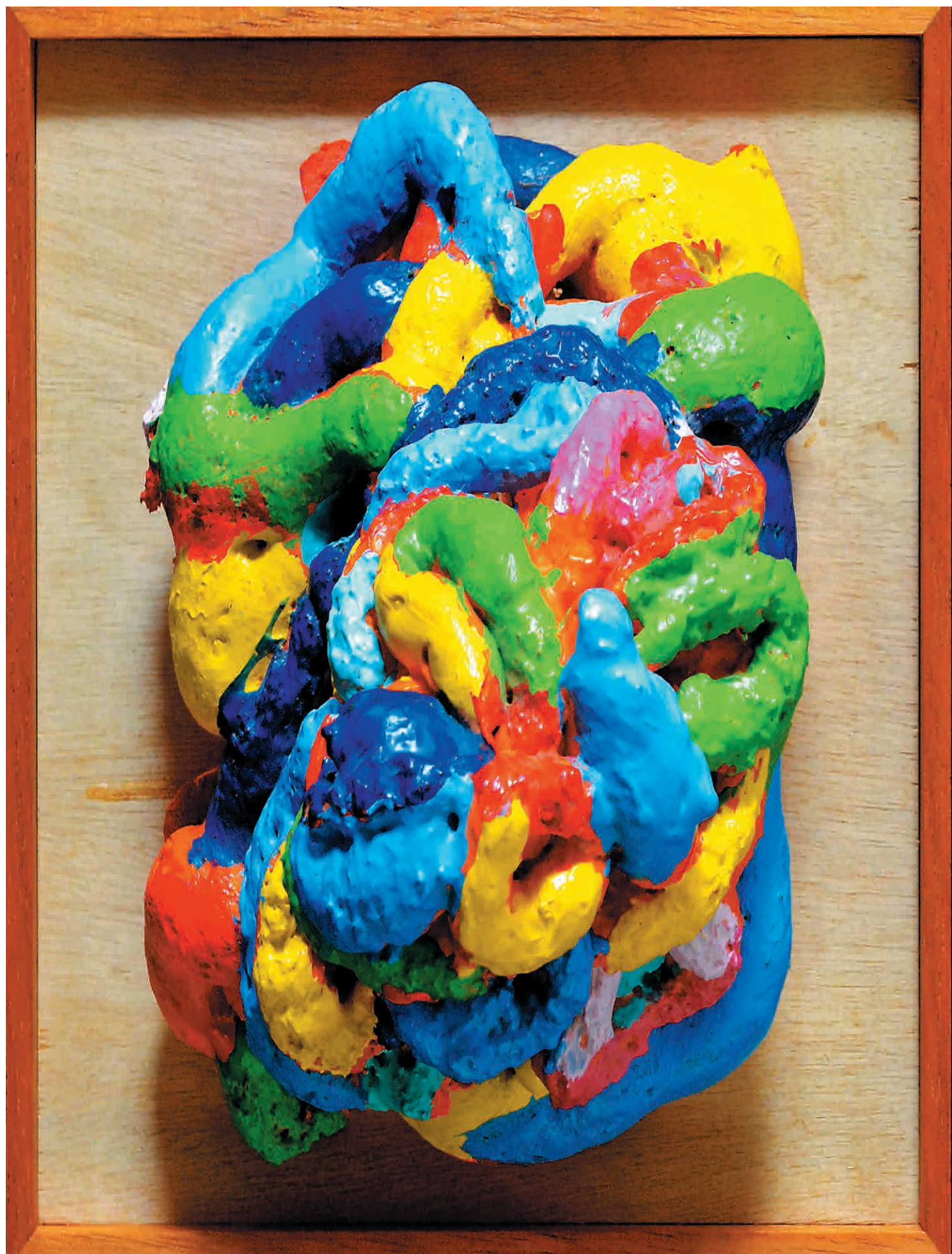
Enfim, julgo que somente conseguimos concluir essa verdadeira *empreitada cultural franco-brasileira* junto à imobiliária e à Mairie de Paris graças ao já conhecido apreço do povo francês pela cultura, que aquiesceram ao nosso pedido, autorizando a colocação da nova placa no prédio onde morou Alberto Santos-Dumont, justamente no local solicitado.

A cerimônia de descerramento da placa ocorreu às 11 horas do dia 3 de novembro de 2006, com a fachada do prédio totalmente em obras, embaixo dos alambrados, e com a presença das mais altas autoridades da Armée de L'Air, da Força Aérea Brasileira, da Embaixada do Brasil na França e de Adidos de diversos países.

Mais do que um evento, deixamos entalhado naquela placa o exemplo de abnegação, coragem e perseverança de Alberto Santos-Dumont, valores tão presentes nos brasileiros que envergam o azul da Força Aérea, na instigante missão de manter soberano o espaço aéreo desta Nação verde e amarela ■

(Texto do Ten Brig Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, Adido de Defesa e de Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na França em 2005 e 2006).





GUERRA

QUESTÕES FILOSÓFICAS

Araken Hipolito da Costa

Cel Av

Editor da Revista Aeronáutica

Este tema sempre desperta muitos questionamentos, em especial aos militares. Os primeiros passos para nos aprofundarmos sobre o assunto: devemos contextualizá-lo na nossa cultura ocidental.

Lembrando que a cultura representa a criação espiritual de um povo, entendida como as ideias e os pensamentos filosóficos, religiosos, científicos e artísticos, enquanto o termo civilização, por sua vez, traduz os bens materiais que proporcionam o bem-estar da sociedade.

O processo de estruturação da cultura ocidental deve-se a quatro fatores básicos: Pensamento filosófico grego; Código mosaico e Cristianismo; Direito Romano; e Família

PENSAMENTO FILOSÓFICO GREGO

A filosofia surgiu na Grécia Antiga, aproximadamente no século VI a.C. O gênio grego encontrou ambiente favorável para superar a visão puramente mítica do mundo e introduzir o logos (a razão) como meio de compreensão da realidade.

Destacamos as suas seguintes criações; a capacidade de abstração e de generalização, os tipos de saber, formulação das diversas disciplinas; e a diferenciação das diversas formas de manifestação artística.

Na filosofia, a guerra sempre foi alvo de reflexões, mas nos restringiremos em trazer à pauta, um pensador notável em seu alvorecer. É o filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso, que viveu entre os anos de 540 a 480 a.C., e que descreve em um de seus fragmentos: *A guerra é mãe de todas as coisas e de todas as coisas é rainha.* (...)

Para Heráclito, o devir ao qual tudo está destinado caracteriza-se pela contínua passagem de um contrário ao outro, mas ao mesmo tempo, nota-se bem, tratar-se de uma guerra que é paz. Um contraste que é, ao mesmo tempo, harmonia. O perene correr de todas as coisas e o devir universal revelam-se como harmonia de contrários.

Assim, Heráclito afirma que a vida e a morte se atraem e, onde vigora esta atração, dá-se a luta. Ele pensa a luta como a essência do Ser e, consequentemente, a guerra representa o ápice.

CÓDIGO MOSAICO E CRISTIANISMO

O pensamento religioso componente da nossa cultura ocidental revela que o pecado original de Adão e Eva origina a desordem em seus descendentes pela desobediência a Deus.

Traz o primeiro fratricídio explicitado por Caim matando Abel. É a luta e guerra instauradas entre irmãos. Assim, a guerra representa a perda dos mandamentos religiosos e, por consequência, inserindo a morte na vida.

Outras considerações devem ser observadas sobre a guerra, embasadas pelo ponto de vista moral constante do pensamento cristão:

– É lícita a guerra de legítima defesa que tende a assegurar legítimos direitos violados. Ao contrário, é ilegítima a guerra de conquista, que somente visa ampliar o poder de determinado grupo social, à custa de outro;

– O princípio do pacifismo absoluto só contribuiria para favorecer a ousadia dos malvados, como notava o Papa Pio XII em sua alocução de Natal de 1948;

– A guerra há de ser sempre o recurso extremo, só aplicável depois de terem

se esgotado todos os meios para chegar a uma solução pacífica do problema;

– Dado que esteja em curso uma guerra justa, é preciso que não utilize estratégias injustas. Assim, são ilícitos todos os atos de violência não necessários para atingir os objetivos justos dos beligerantes; são condenáveis, também, o bombardeio de populações civis inocentes e indefesas, que são especialmente ameaçadas pelas armas nucleares, bem como o fuzilamento de reféns, a destruição de prisioneiros pela fome ou por maus tratos, e a tortura.

No contexto do pensamento religioso, devemos considerar a guerra espiritual que nunca esteve ausente das escrituras ou da vida. É nas batalhas espirituais que está sendo decidido se nossas almas irão viver ou morrer; em que nos equilibramos diante de um abismo, e em que há, de fato, inimigos reais que estão tentando nos matar – não só nossos corpos, como, também, nossas almas. (Mt 10, 28: *Não tenhais medo daqueles que matam o corpo, mas são incapazes de matar a alma! Pelo contrário, temei aquele que pode destruir a alma e o corpo no inferno!*)

DIREITO ROMANO

O direito romano, além de criação original, revelou ser uma ordenação, a bem dizer, perene, desse aspecto da vida social e de sua estruturação, com forma considerada definitiva.

O direito existe para tornar possível o convívio social, bem como deve fundamentar-se nos costumes de um povo. Lembrando que as relações jurídicas pressupõem a confiança mútua entre os homens e que, sem ética, o direito nunca realizará o ideal de justiça.

Neste contexto o filósofo francês Frédéric Gros fundamenta que a guerra apresenta três dimensões: ética, política e jurídica. Por detrás destas três cate-

gorias, o que é preciso pensar é: a troca de morte como experiência crucial para pensar a ética; o Estado (ou toda outra unidade política: a cidade ou o Império) pensado como aquilo cuja consistência própria, a guerra, deve assegurar; enfim, a busca armada da justiça. A guerra é a troca de morte que dá consistência a uma unidade política e é sustentada por uma reivindicação de direito.

A FAMÍLIA

O berço familiar é a célula *mater* da formação da sociedade. A sua estruturação se dá por meios de valores morais e éticos.

Por intermédio da Teologia Moral, que tem como fonte principal a revelação sobrenatural, mostrando ao homem o que ele deve fazer para adequar o seu comportamento aos princípios da fé. Em síntese, procura deduzir da Palavra de Deus as normas concretas que levem a pessoa humana à sua plena realização. São exemplos de valores morais: o amor a Deus, o amor ao próximo, a verdade, a felicidade, a liberdade, a fé, a esperança, a caridade, a justiça, a prudência, a coragem e a temperança.

A ética, como parte da filosofia prática, versa sobre a reta ordenação dos atos humanos a partir da razão. Contribui para a realização do ser humano, indicando tão somente os caminhos que o bom senso e o raciocínio podem descobrir para orientar o comportamento humano. São exemplos de valores éticos: a amizade, a confiança, a coragem, a autoridade, a dignidade, a liberdade, a justiça, a igualdade, o respeito, o patriotismo, a cidadania e a responsabilidade.

Com base nestes valores, a família educa os filhos para viver em sociedade. É na família que encontramos o amor desinteressado e, ao mesmo tempo, é no contexto familiar que os conflitos afloram e, dependendo da sua intensidade e interesses, vão guiar condições

propícias ao Estado para deflagrar uma guerra.

O Estado não é uma simples convenção. É o prolongamento da racionalidade humana, capaz de fazer o homem um ser social, viver entre iguais e buscar com eles o bem-comum, tendo em vista seu pleno e vital desenvolvimento. O Estado não é apenas um instrumento destinado a garantir a devida harmonia entre as esferas da vida econômica e os interesses dos seus cidadãos. É, deste modo, que são constituídos os países de ideologias totalitárias, pois com base numa cosmovisão materialista encontram, nesta, sua única verdade. Esquecem que as sociedades não sobrevivem sem os valores éticos e morais. O Estado é um instrumento para realização do próprio bem e da felicidade comum de todas as gerações de cidadãos, presentes e futuros, subordinados a um valor ético-objetivo independente da vontade dos indivíduos, e que se chama justiça.

Participam ativamente do desenvolvimento da sociedade a classe empresarial, a artística, a política, a religiosa, dentre outras. É, porém, na classe militar, que se apresenta uma característica ímpar e essencial ao referido desenvolvimento: a dedicação à unidade nacional. É fruto da sua missão, a defesa territorial e a segurança nacional.

Considerando este contexto, a formação do militar deve fundamentar-se nos valores morais, éticos e numa sólida base humanística, com conhecimentos da ciência militar e do espírito de corpo. Deve estar preparado para arriscar sua vida na guerra. Com respeito à disciplina, aos aspectos institucionais e coletivos, constitui poderoso fator de desenvolvimento de uma nova consciência ética e política, adequando as necessidades do ser humano e da sua dignidade a uma pátria livre e democrática e, assim, manifestar confiança quanto ao destino da Nação ■

UMA BREVE HISTÓRIA DA GUERRA

Gilberto Pedrosa Schittini

Ten Cel Av

gschittini@terra.com.br



Estamos no crescente fértil – um local onde a presença humana é muito antiga. Estamos na época em que os seres humanos estão deixando de ser caçadores e coletores e passando a ser agricultores. Estamos num vale onde existem quatro grupamentos humanos, sejam estas tribos ou famílias diferentes. Com relação às suas capacidades como agricultores, à força física e às habilidades para a luta, consideremos a seguinte distribuição:

Produtivos e fortes;
Produtivos e fracos;
Não produtivos e fortes;
Não produtivos e fracos.

	Fortes	Fracos
Produtivos	+ +	+ -
Não produtivos	- +	- -

Os produtivos e fortes vivem relativamente em paz e bem alimentados; e os não produtivos e fortes, devido ao insucesso na agricultura, para não passar fome dominam pela força os produtivos e fracos e escravizam os não produtivos e fracos. Incentivados pelo seu sucesso no uso da força, consideram a possibilidade de atacar e dominar os produtivos e fortes. Com o passar dos anos, depois de vários conflitos, terminam por se organizarem como um único agrupamento humano para lidarem com outros agrupamentos humanos semelhantes dos vales vizinhos.

Em suma, a guerra, a solução dos problemas para a sobrevivência pela violência, é uma atividade tão antiga como o próprio ser humano.

A *historinha* acima mostra os primeiros passos dados pelos seres humanos na

direção de se organizarem socialmente. São os primeiros passos do processo civilizatório.

A sociedade é fruto da insegurança, é a representação física do pacto que fazem entre si os homens para sua proteção.

Protágoras

Possivelmente os textos mais antigos que tratam da guerra são dos chineses. Para eles a guerra não era um instrumento da política, tampouco um fim em si mesma. A guerra era vista como um mal apesar de ser, muitas vezes, necessária, devido às imperfeições do mundo.

Nosso objetivo, atualmente, é meditar sobre a guerra, este fenômeno social, exatamente por ser uma atividade humana que acontece com um moto próprio. Nós concordamos com Van Creveld, que em seu livro *The Transformation of War*, afirmou que: *é axiomático afirmar que nenhuma atividade humana pode realmente ocorrer sem uma completa compreensão de seus princípios*, e assim sendo tal estudo da guerra é importante.

Pelo caráter introdutório do trabalho, vamos privilegiar uma maior amplitude em detrimento da profundidade na abordagem do assunto.

Sun Tzu é o mais famoso escritor e general chinês a tratar da guerra. Ele pode ou não ser uma figura histórica, não há como saber isto com certeza, mas ele é sem dúvida uma lenda. A ele são atribuídas as afirmações:

– *Um Senhor pode ou não gostar dos negócios militares, mas, não se preparar para a guerra é faltar com seu dever;*

– *A guerra é de vital importância para o Estado.*

Essas são algumas de suas muitas ideias, que aparecem em seu livro *A arte da Guerra*.

Como ilustrado na nossa narrativa inicial e ampliando a visão de Protágoras, o Estado é o resultado do choque do homem com a natureza e com o próprio homem. A existência do Estado é inexorável; ele é o instrumento da tribo, da nação, para organizar a vida comum e promover a

satisfação das necessidades, bem como trazer uma boa vida para todos.

O Estado é produto dos homens que, estando impossibilitados de se bastarem a si próprios e tendo necessidade de uma infinidade de coisas, se associam para obter ajuda.

Platão

Devido à inevitabilidade do surgimento do Estado e da guerra entre os diferentes Estados, há quem veja a evolução da capacidade do mesmo como uma resposta às exigências da guerra. Basicamente o Estado tem duas funções primordiais: uma função econômica e outra de segurança, utilizando a política, a estratégia e a logística para executá-las.

Acredito já ser evidente que estudar a guerra não é apenas *coisa de maluco ou de gente belicosa*, mas é uma atividade de suma importância para se estabelecer uma estratégia nacional e garantir que o Estado atinja seus objetivos.

Como vamos apenas dar um voo rasant na História, vamos nos limitar a comentar a visão que alguns destacados autores possuíam sobre a guerra. Não vamos comentar sobre táticas e manobras, a não ser que o comentário contribua de alguma forma para ilustrar a visão do autor em questão.

Por longo tempo na História, a guerra foi um instrumento do Senhor, do Rei ou do Imperador para satisfazer quaisquer que fossem seus desejos. O exército e o povo deviam marchar para a guerra e produzir recursos para mantê-la sem ter o direito de opinar sobre seu objetivo. Podem-se citar como exceção as Cidades-Estado gregas, onde havia uma discussão envolvendo a elite e os cidadãos sobre o propósito da guerra e, na República Romana, onde as guerras eram travadas para satisfazer a ambição expansionista da elite romana.

Essa característica perdurou até meados do século XVII, quando, com a assinatura de vários tratados entre as nações ocidentais, destacando-se dentre eles o Tratado de Westphalia, surge o atual sistema internacional e o Estado-Nação como é conhecido hoje.

O PENSAMENTO CHINÊS

São conhecidos vários autores chineses da Antiguidade, sendo Sun Tzu – que já mencionamos – o mais famoso dentre eles. Segundo Sun Tzu, *a guerra é de vital importância para o Senhor e, portanto os negócios militares devem ser estudados*. Para os chineses a guerra é um mal, muitas vezes necessário, mas um mal é um desvio da harmonia cósmica ou *dao*.

Dao somente pode ser restaurado por *dao*, portanto será vitorioso na guerra aquele que tiver maior virtude. *Somente será forte aquele que se engajar numa batalha por uma causa justa.*

Dao e favor do universo à parte os escritos de Sun Tzu e dos outros autores também apresentavam aspectos práticos a serem considerados para o sucesso nas batalhas; como por exemplo: a meteorologia, o terreno, o comando e a doutrina.

Uma vez, porém, que a violência era uma perturbação do *dao* ela deveria ser minimizada. São observações de Sun Tzu:

– *Nenhum Estado jamais se beneficiou com uma guerra longa;*

– *Diplomacia é o melhor método de se resolver uma disputa;*



- O uso de truques (assassinato e corrupção) está em segundo lugar;
- Manobra em terceiro lugar;
- Em último lugar o cerco ou a batalha.

Na cultura chinesa, a esperteza na guerra era mais importante do que a força bruta, e a melhor guerra é aquela que nunca ocorreu. O melhor comandante deveria ser antes um sábio do que ser violento e brutal: *A melhor guerra é aquela em que não houve luta e a pior guerra é aquela que se repete.*

GREGOS E ROMANOS

Há um grande número de autores entre gregos e romanos, mas poucos fizeram uma abordagem abstrata e filosófica da guerra; a grande maioria tratou apenas dos aspectos práticos. Infelizmente dentre os grandes generais, como Alexandre, Scipio e Cesar, apenas Cesar deixou registros de suas batalhas nos seus *Comentarii de bello Gallico*.

GREGOS

Dentre os autores gregos temos Heródoto, que escreveu sobre a guerra com os persas; Homero, que escreveu sobre a guerra com Troia e Tucídides, o qual escreveu sobre a Guerra do Peloponeso.

A história da Guerra do Peloponeso, narrada por Tucídides, merece uma atenção especial por tratar-se de uma guerra entre duas Cidades-Estados – Atenas e Esparta – um aspecto que a torna semelhante às guerras mais recentes. Segundo Tucídides *a guerra, resultado de um confronto político* entre duas potências gregas, ocorreu devido ao temor de Esparta e seus aliados de sucumbirem ante o poderio ateniense. Foi uma guerra terrível, principalmente para o perdedor – Atenas.

Homero foi o autor da *Ilíada*, narrando a história da Guerra de Troia. Há controvérsia sobre essa guerra, se ela foi de fato um evento histórico ou se trata de uma ficção. A segunda hipótese é reforçada pelo estilo literário usado por Homero. Gostaria apenas de destacar um aspecto dessa narrativa sobre a guerra. Trata-se de mostrar



as características contrastantes entre a estratégia de Aquiles, uma estratégia voltada para o uso da força e o confronto direto na busca de uma batalha decisiva; e a estratégia de Ulisses, voltada para o uso da esperteza, do engano, da manobra e de somente aceitar o confronto direto numa condição de vantagem. A opção por uma ou por outra estratégia está sempre à disposição do comandante e não se pode, a priori, descartar o uso de uma ou da outra.

ROMANOS

Os romanos da República sempre se empenharam em guerras de conquista devido à ambição de sua elite. Foi um povo guerreiro por natureza e em um século conquistaram toda a Península Itálica. A história de Roma é relativamente bem conhecida, mas não há qualquer tratado de cunho filosófico sobre a guerra, de autor romano. Além de Júlio Cesar, autor dos

Comentários sobre a Guerra da Gália, há outros dois autores que merecem menção:

– Frontinus, cujo trabalho sobre a arte da guerra foi perdido, restando o livro *Strategemata*, que trata dos aspectos práticos e técnicos da guerra;

– Vegetius, que com seu trabalho *Epitoma rei militaris*, também trata exclusivamente dos aspectos práticos da guerra.

A leitura de Frontinus e Vegetius, principalmente, era mandatória, segundo os melhores autores de assuntos militares até o século XVIII.

Em minha opinião a mensagem que os romanos nos deixaram sobre a guerra pode ser facilmente reconhecida pela observação do comportamento de seus generais e legionários em todas as suas campanhas. Nenhum inimigo dos romanos jamais teve dúvida sobre a ferocidade com que eles lutariam; as legiões romanas eram



máquinas de matar e não de fazer prisioneiros. Quando cercados pelos romanos era sabido que o cerco somente terminaria de uma de duas formas, isto é, com a derrota total de um dos dois lados. Vide o cerco de Massada e a conclusão das Guerras Púnicas contra Cartago; o final foi uma vitória indiscutível dos romanos: *Delenda Cartago est*.

Esta característica da guerra, de escalada sem controle da violência, foi reconhecida pelo grande filósofo da guerra Von Clausewitz. Hoje, no mundo dito civilizado, há um esforço inútil e hipócrita de tentar limitar a violência, coisa que os romanos nunca fizeram: a *pax romana* foi mantida graças à ferocidade de suas legiões.

DO SÉCULO XVI AO XIX

O período entre os séculos XVI e XIX fez aflorar um pensamento mais esclarecedor. Vários são os autores dessa época, muitos deles soldados profissionais, que produziram trabalhos excepcionais. Vamos comentar sobre aqueles que consideramos mais relevantes:

– Maquiavel

O fiorentino Maquiavel foi um burocrata, diplomata e político, e seu famoso livro *O Príncipe* foi influente a ponto de criar termos como maquiavelismo e maquiavélismo, que significam comportamento mau e pessoa má, respectivamente. *O Príncipe*, seu *masterpiece*, foi escrito como um manual para o governante, recomendando um comportamento baseado unicamente no próprio interesse, completamente amoral e destituído de qualquer virtude. O seu tratado sobre *A Arte da Guerra*, apesar de ser menos conhecido hoje, também fez muito sucesso. Ele valorizava o modo romano de fazer guerra e tentou deduzir os princípios inseridos na História Militar romana para mostrar sua aplicabilidade no seu tempo; em especial ele valorizava o fato de as legiões romanas serem constituídas de cidadãos romanos, por essa razão ele *defendia ardorosamente o uso do soldado cidadão (conscrito)*, substituindo o mercenário que era comumente usado então.

Maquiavel pode ser considerado *o pai da política como ciência*. Para ele a prática da política deve ser baseada num realismo frio e, não, na procura de um ideal ilusório. Ele entendia perfeitamente a relação entre a guerra e a política, e a necessidade de um exército competente e poderoso para prover segurança e liberdade de manobra para a diplomacia. *A conexão e o inter-relacionamento entre as instituições políticas e militares são, talvez, as mais importantes e revolucionárias ideias de Machiavel*. Na sua percepção, uma vez que a vida do Estado depende da excelência de seu exército, as instituições políticas devem ser organizadas de forma a propiciar condições favoráveis ao funcionamento das organizações militares. Na verdade, *a visão de Maquiavel sobre a natureza do poder nunca foi ultrapassada, ela continua tão atual hoje como o foi há quinhentos anos, e sua visão sobre a natureza da guerra e a função dos militares na estrutura social, que inspiraram suas ideias, transcendem seu tempo na História*.

– Séculos XVI e XVII – A revolução militar

Como reunir um exército capaz de ser instrumento confiável sempre foi um problema. No final do século XV, com a influência de Maquiavel, o estudo dos métodos militares romanos passou a ser uma fonte de inspiração para resolver este problema. *A insistência de Maquiavel na disciplina com base na hierarquia e competência militar adquirida pela ordem unida e treinamento teve uma grande influência na formação de uma força de combate eficaz, na Holanda, na sua guerra contra os espanhóis*. Nessa força de combate foi criado um novo tipo de soldado profissional e líder de combate, combinando excelência em combate e valores morais e sociais. *Justus Lipsus, um admirador de Maquiavel, insistia na lealdade e obediência do soldado a serviço do Estado*. A guerra, segundo Lipsus, não era ou não é um ato descontrolado de violência, mas o emprego da força comandada por uma autoridade legítima *no interesse do Estado*,

e as dimensões moral e social seriam os parâmetros fundamentais para os militares. A revolução militar, ou uma completa e fundamental mudança na guerra e nos exércitos, aconteceu a partir da segunda metade do século XVI. Isso ocorreu devido à *introdução do mosquete, da artilharia e da profissionalização dos exércitos*. Segundo Maquiavel, as figuras notórias responsáveis por essa revolução seriam: *Maurice of Nassau, Gustavus Adolfus e Montecuccoli*. Foi essa revolução que resultou em exércitos, como os de hoje, baseados em disciplina, subordinação hierárquica e obrigação social.

Maurice of Nassau é considerado o pai do corpo de oficiais dos exércitos europeus. Ele mudou o *etos* da profissão, pois considerava comando como o resultado da confiança da nação, com a autoridade derivada de uma comissão outorgada pelo Estado, assim como ocorre na estrutura de comando moderna.

Quanto a *Gustavus Adolfus (Rei da Suécia)*, suas práticas administrativas e operacionais foram largamente imitadas e, mais do que qualquer outro general de



seu tempo, dominou os vários elementos que constituem a liderança em combate. Ele foi mais um comandante prático do que um teórsta.

Raimondo Montecuccoli, mestre na guerra de manobra, competente administrador e intelectual, foi o primeiro teórsta a tentar compreender a guerra em todos os seus aspectos, tanto técnicos quanto humanos.

Antes de passar aos séculos XVIII e XIX gostaria de mencionar os trabalhos de Frederico, o Grande. Esse grande soldado, Rei da Prússia, personificou o que de melhor poderia haver no mundo militar antes da Revolução Francesa. Ele deixou cinco trabalhos importantes: Principes generaux de La guerre; Testament politique; Testament militaire; Elements de castrametrique et tactique; e um poema sobre a arte da guerra. Originalmente esses trabalhos foram considerados secretos, pois eram direcionados ao treinamento dos oficiais prussianos.

Em função dessa preocupação na educação de seus oficiais, no final do século XVIII os oficiais passaram a ser comissionados após curso em Academias Militares, e, mais tarde, frequentavam curso em Escolas de Estado-Maior. Os graduados nessas instituições de ensino militar se tornaram então o alvo dos autores de obras literárias sobre teoria militar.

Em suma, nos séculos XVII e XVIII vimos um significativo crescimento nos efetivos dos exércitos na Europa. Os princípios de administração e controle foram aprimorados; uma nova ênfase foi colocada na disciplina; a cadeia de comando foi aprimorada; e o efetivo das forças armadas deixou de ser de soldados profissionais mercenários para ser de soldados profissionais servidores do Estado.

– Séculos XVIII e XIX

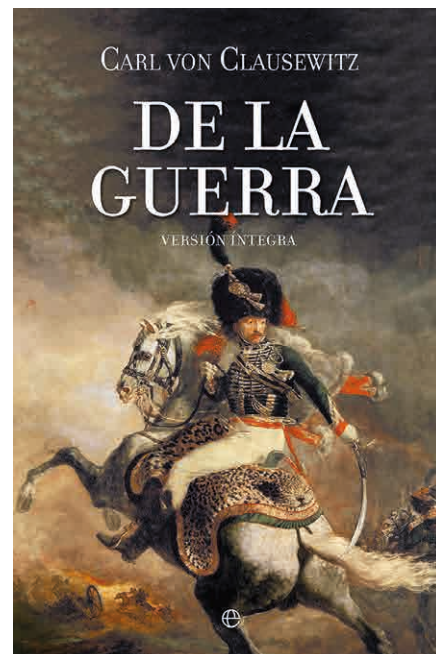
A segunda metade do século XVIII até o século XIX foi um período criativo de ideias sobre a guerra, até porque, com o surgimento das Academias e Escolas Superiores de assuntos militares, o consumo desse material aumentou.

Um dos primeiros tratados sobre os princípios da guerra e estratégia foi elaborado por um oficial prussiano: Adam Henrich Dietrich Von Bulow, e seu trabalho *Spirit of the modern system of war* foi publicado em 1799. Nesse momento a estratégia já não era a arte de conduzir a guerra analisando o campo de batalha montado num cavalo; isso começava a ser feito em cima de uma mesa usando mapas, já que mapas adequados começavam a ficar disponíveis. Von Bulow desenvolveu a teoria de base de operação, linhas de avanço e linhas de suprimento e os textos sobre estratégia passaram a se assemelhar a textos de geometria. O seu trabalho tratava, de fato, de um sistema para conduzir as operações de guerra. Ele foi o primeiro a organizar o campo de batalha com a utilização de bases de operações, objetivos das operações e linhas de operações.

Antoine Henri Jomini foi o sucessor direto de Von Bulow. Jomini era suíço e foi Chefe do Estado-Maior do Marechal Ney. Ele costumava chamar a estratégia de *Les grandes operations de guerre*. Assim como Von Bulow, ele procurava um sistema que orientasse o comandante na condução das operações. Ele foi o primeiro a chamar a região onde ocorriam as operações de Teatro de Operações. Seu trabalho sobre estratégia foi publicado em 1805, e seu outro trabalho a *Arte da guerra* foi publicado em 1837. Nesse trabalho ele incluiu os aspectos políticos da guerra. Tanto Jomini quanto Von Bulow mostram, em seus trabalhos, uma visão coerente com a visão mecanicista do mundo em voga no século XVIII devido à filosofia de Descartes e Newton.

Essa visão racional, que buscava um sistema capaz de orientar o comandante para atingir seus objetivos, teve seus críticos e, o mais importante, dentre eles, outro oficial prussiano, Georg Henrich Von Berenhorst.

Von Berenhorst publicou seu trabalho, *Reflections on the art of war*, entre 1796 e 1799. Segundo Von Berenhorst, exércitos não eram máquinas e a estratégia não era



uma questão de cálculos; sua visão já refletia a visão humanística, que surgia na filosofia em contraposição ao cartesianismo. Ele e Jomini ocupavam pólos opostos. Os dois pontos de vista seriam unidos pelo grande escritor ocidental sobre a arte e a ciência da guerra, Carl Von Clausewitz.

Clausewitz não foi apenas mais um soldado com boas ideias, ele foi um filósofo de uniforme, ele procurou responder duas questões: o que é a guerra? e qual o propósito da guerra?

Não vou me enveredar numa análise crítica das ideias de Clausewitz. Acredito ser um imperativo categórico fazer isso em todo trabalho que vise uma análise abrangente e detalhada da guerra, porém esse não é o nosso propósito. A nossa pretensão é apenas fazer um voo rasante para cobrir mais território num menor tempo, em detrimento do aprofundamento. Entretanto é obrigatório dizer alguma coisa e, portanto, devo mencionar que de acordo com Clausewitz: A guerra é o exercício ou a prática da violência e da força, livre de qualquer lei, regra ou restrição, exceto aquelas que forem convenientes para alcançar o objetivo político. Cotejando sua famosa frase: A guerra é apenas a continuação da política do Estado por outros meios. Infelizmente, neste caso, o português é pobre de palavras e não nos ajuda na apreciação

das ideias de Clausewitz. Temos duas expressões em inglês, *politics* e *policies* e ambas são traduzidas por *políticas* em português. Então, para esclarecimento, na versão em inglês, a palavra usada é *policy* e, portanto, para Clausewitz, a guerra não é uma política, mas um procedimento da política.

SÉCULO XX

A ofensiva alemã de agosto de 1914 foi a materialização de um século de desenvolvimento do pensamento militar e prática da guerra. Os alemães, segundo a crença reinante, considerando que a ofensiva era a mais forte forma de guerra, esperavam um final rápido. Devido à evolução do armamento, no entanto, como, por exemplo, a metralhadora, a defesa se mostrou uma forma de guerra bem mais forte. Em consequência, as operações na frente de batalha chegaram a uma estagnação, a qual durou anos e custou alguns milhões de vidas.

Assim como o telégrafo e o transporte ferroviário foram os fatores tecnológicos que influenciaram as guerras na segunda metade do século XIX, pelo menos três fatores tecnológicos importantes influenciaram a guerra de 1914 a 1918. Foram eles: *a motorização das tropas terrestres, a evolução das armas de tiro rápido e o avião*. Nenhuma dessas tecnologias chegou a contribuir de forma decisiva nessa guerra, mas o mesmo não pode ser dito nos conflitos posteriores.

Com a estagnação da linha de frente e como os aviões evoluíam rapidamente, ficou evidente para alguns visionários que a arma aérea ou o nascente emprego do poder aéreo seria a forma de vencer futuras guerras. Entretanto, mesmo hoje, ainda há dúvida ou ignorância entre muitos generais de como deve ser o emprego do poder aéreo, e mesmo entre profissionais do ramo *há dúvida se o poder aéreo mudou a estratégia da guerra ou apenas as táticas*.

Assim como é impossível falar da guerra sem mencionar Clausewitz, é impossível falar de poder aéreo sem referir-se a *Giulio Douhet* e *Hugh Trenchard*, e tanto um quanto o outro eram defensores da primeira

hipótese, isto é, o poder aéreo proporciona uma nova estratégia para a guerra.

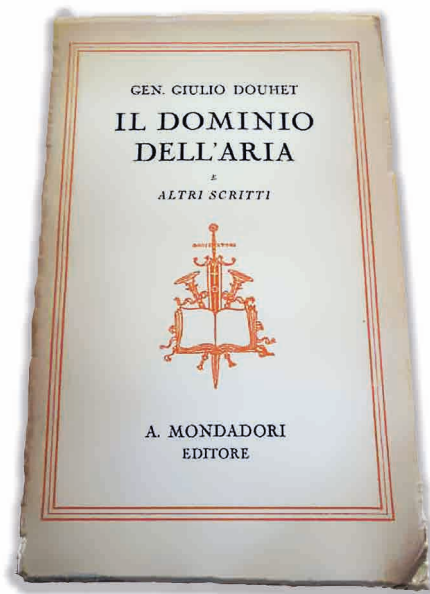
De fato a guerra foi fundamentalmente mudada com o advento do poder aéreo e o comandante que não souber como usá-lo não terá sucesso, exceto se o comandante oponente o ajudar bastante. Uma definição atual do poder aéreo seria a capacidade de projetar uma força de combate usando uma plataforma no ar ou no espaço. É possível, portanto, imaginar o que isto significa em termos de ciência, tecnologia, indústria, infraestrutura, sistemas logísticos, organização, pessoal etc.

Como nosso objetivo é tratar da guerra e não do poder aéreo, devo resistir à tentação de fazê-lo. O emprego do poder aéreo é um assunto vasto e, nesse século que se passou, desde seu aparecimento, tornou-se um poderoso instrumento da guerra para obtenção e manutenção dos interesses da nação. Por esta razão merece um tratamento especial que deve ficar para outra ocasião.

Para não ser injusto com os dois pioneiros e visionários do poder aéreo, porém, gostaria de mencionar sobre *Giulio Douhet* que ele foi o primeiro a escrever seriamente sobre o poder aéreo e seu efeito na guerra. *Na sua visão, aquele que controlasse o ar também controlaria a superfície*. Sobre *Hugh Trenchard*, reconhecido como o Pai da Real Força Aérea Britânica, é importante mencionar que ele era um enfático defensor do poder aéreo estratégico. Tanto para Trenchard quanto para Douhet, o avião é uma arma essencialmente ofensiva. Para Trenchard o gol da ofensiva aérea deve ser paralisar, desde o início das hostilidades, a indústria, os transportes e a comunicação do inimigo. Considerando esse objetivo, a seleção de alvos se torna uma atividade primordial.

Reproduzo abaixo, o texto extraído de *The end of the beginning: on the application of aerospace power*. O livro foi publicado pelo Departamento de Defesa dos EUA e é de autoria do Major Douglas W. Kiely (USAF):

The last decade of the Twentieth Century was very good for aerospace



power. The 1990's began with a convincing demonstration of modern campaigning in the Gulf War and ended with a victory over Serbia that removed their military forces from Kosovo and paved the way for the entry of peace-keepers. That the victory was won in the absence of ground campaign surprised some traditional airpower skeptics. Noted military historian John Keegan remarked, "Now there is a new turning point to fix in the calendar: June 3, 1999 when the capitulation of President Milosevic proved that war can be won by airpower alone.

Se havia, portanto, alguma dúvida de que o poder aéreo mudou completamente a face da guerra, já não há justificativa para não aceitar este fato.

Entretanto não foi apenas o poder aéreo que provocou mudanças na guerra. O desenvolvimento de armas de destruição em massa, tecnologia de informações, comunicação, sistemas logísticos e outros avanços tecnológicos são fatores que tornam inaceitáveis as perdas para todas as partes em conflito se tratar-se de grandes potências.

Esta situação levou Martin Van Creveld a fazer a seguinte afirmação em seu livro *The transformation of war: a ghost is stalking the corridors of General Staffs and Defense Departments all over the developed world – the fear of military impotence, even irrelevance.*



Realmente a capacidade destrutiva dos novos sistemas de armas pode ter afastado o risco de conflitos armados diretos entre as grandes potências. Este conflito tem ocorrido e continuará ocorrendo na periferia das áreas de influência destas nações.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo não se tornou, de forma alguma, um local mais pacífico; na verdade as guerras continuaram a ocorrer como sempre ocorreram. Na sua maioria, porém, foram conflitos de baixa intensidade, isto é, *conflitos em menor escala sem a participação de grandes exércitos e sem o emprego de grande número de armamento pesado e sofisticado por todas as partes em conflito*. Entretanto nem por isso deixaram de ser sangrentos. Importante ressaltar que neste tipo de conflito *tamanho não é documento*, e grandes potências sofreram derrotas expressivas. Vários nomes são atribuídos aos conflitos de baixa intensidade: terrorismo, insurgência, guerrilha e até combate ao crime organizado. Não importa o nome, este é o tipo de conflito mais importante atualmente, principalmente porque, neste caso, poderio militar é irrelevante.

Um grande problema relacionado ao conflito de baixa intensidade é como, e quando, concluir que os objetivos foram

atingidos e uma vitória foi obtida. Normalmente devido à natureza das forças envolvidas não há uma rendição e um encerramento definido. A melhor maneira de se consolidar uma vitória foi demonstrada pelos romanos contra os cartagineses. Atualmente, no entanto, tal forma de vitória será considerada desumana, sendo muito mais importante hoje do que outrora entender a guerra, isto é, sem sombra de dúvida é essencial, para a adoção de uma estratégia eficaz, a determinação de quando os objetivos foram atingidos. Apesar de a guerra nem sempre envolver dois Estados e dois exércitos, ela ainda é a condução da política por meio da violência, e já que *Delenda Cartago est* não pode ser o efeito desejado, o uso da violência deve ser feito com muita sabedoria. Um Estado pode estar em guerra contra uma rede terrorista, uma milícia, um exército rebelde, e até contra o crime organizado. As guerras irregulares também podem ser travadas entre dois grupos organizados sem envolver nenhum Estado. A violência subiu de tom nestas guerras, pois, normalmente, o que impede a barbárie na guerra é o conceito de honra dos soldados e o respeito entre os inimigos.

Alguns acreditam que estamos vivendo o final dos tempos do Estado *westphaliano*. Os avanços tecnológicos estão causando uma fragmentação da soberania dos Estados, que já não conseguem controlar o que acontece dentro de suas fronteiras; isto é uma indicação de que conflitos irregulares tendem a aumentar.

Como já afirmamos, o objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem superficial na História para ver como a guerra foi entendida e conduzida em cada tempo e, assim, projetar uma imagem de como ela deve ser vista atualmente. Esperamos que isto seja uma introdução para futuros estudos sobre o assunto. Francamente eu não vejo, no âmbito das nossas organizações de defesa nacional, uma ideia clara sobre as nossas hipóteses de guerra, e de como devemos nos preparar. Acredito ser muito difícil, se não impossível, obtermos êxito

em qualquer conflito sem antes entendermos perfeitamente tal conflito. Sem este entendimento o estabelecimento de uma estratégia e de uma logística adequadas para o sucesso será impossível. Foi por falta dessa visão da guerra e de quando a vitória foi conseguida que, mesmo tendo derrotado o inimigo na guerra revolucionária dos anos 60 aos anos 80, uma vitória definitiva não foi obtida.

A Humanidade está longe de atingir o fim da História e o tempo em os leões viverão em paz com os cordeiros. Como Platão escreveu as únicas pessoas que não precisam se preocupar com a guerra já morreram. Na verdade, pode ser que o ser humano nunca consiga uma paz eterna, simplesmente porque a ambição por grandes coisas e a violência está no seu DNA. Gostaria, portanto, de encerrar como comecei, citando Van Creveld: É axiomático afirmar que nenhuma atividade humana pode realmente ocorrer sem uma completa compreensão dos princípios envolvidos.

É por esta razão que procurar entender a guerra não é uma opção ■

Bibliografia

- FREEDMAN, Sir Lawrence. *Strategy: a history*. Oxford University Press. Edição do Kindle.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Simon & Schuster. Edição do Kindle.
- PARET, Peter. CRAIG, Gordon A. GILBERT, Felix. *Makers of modern strategy from Machiavelli to the nuclear age*.
- GOVERNMENT, U.S. *The paths of heaven: the evolution of airpower theory – Douhet, World War I and II, William Mitchell, Naval Theories, Continental Europe, Air Corps, De Seversky, Nuclear Strategy*. Boyd, Warden, NATO. Progressive Management. Edição do Kindle.
- GOVERNMENT, U.S.; Military, U.S.; Defense (DoD), Department of. *The End of the Beginning: On the application of aerospace power in an age of fractured sovereignty, trends 2020, demography, technology, military, social, operations with blurred boundaries*. Progressive Management. Edição do Kindle.
- GOVERNMENT, U.S.; Military, U.S.; Defense (DoD), Department of; Air Force (USAF). *U.S. airpower, Afghanistan, and the future of warfare: an alternative view – assessing the air-ground relationship, precision strike, change in land combat, force intensification, doctrine impact*. Progressive Management. Edição do Kindle.
- VAN CREVELD, Martin. *A history of strategy: from Sun Tzu to William S. Lind*. Castalia House. Edição do Kindle.
- Transformation of war. Free Press. Edição do Kindle.

Raul Galbarro Vianna
Cel Av
raulgianna@gmail.com

...E A PARADA SEGUE



O SEU DESTINO



Na recente segunda quinzena de maio, lendo despretensiosamente um jornal matutino, fui levado a encarar uma notícia que informava sobre a condenação a 30 anos e nove meses de prisão, em última instância, do ex-ministro José Dirceu (eminência parda desde há muito até tempos recentes).

Esse episódio acendeu e ativou, com bastante clareza, o *retrovisor* de minha memória. Assim, pude divisar com nitidez o dia 6 de setembro de 1969, um sábado. Nosso país vivia um período conturbado e eu, nesse contexto, nessa referida data, cumpria uma cansativa escala de sobreaviso na Base Aérea do Galeão. Em face das circunstâncias do momento, após uma noite um tanto insone, embora até certo ponto tranquila, ao amanhecer do dia 7 de setembro pude retornar à minha casa.

Sendo capitão e solteiro, morava na casa de meus pais. Ao entrar em casa, vejo um jornal do dia aberto sobre a mesa. Antes de ver ou falar com alguém o telefone toca e eu, prontamente, atendo. Era da Base Aérea do Galeão. O comandante determinava o meu regresso imediato. Achei estranho e argumentei que estava saindo de um sobreaviso. O comandante foi taxativo e monossilábico, recomendando, ainda, que viesse pronto para uma viagem de dois dias. Entendendo que a ordem era rigorosa, mas não absurda, nessa circunstância fiel à máxima de que *o militar cumpre e depois pondera*, retornei ao quartel de imediato (sem qualquer explicação convincente à família, que nada entendeu).

Durante o percurso, dirigindo o meu carro, eu me perguntava: – *Qual será a missão? Por que eu?* Um pouco mais tarde viria a saber. Tão logo cheguei à Base Aérea

do Galeão fui informado de que comandaria a escolta que levaria para o México os prisioneiros políticos constantes de uma lista divulgada pela imprensa, por exigência dos sequestradores do Embaixador americano Charles Burke Elbrick, que fora recentemente sequestrado e se encontrava em local desconhecido, em poder dos sequestradores. E eu pergunto: – *Cadê a escolta?* – e alguém responde: – *Você providencia!*

Aí começa a inana. Quais e quantos membros na escolta? Somente graduados? Ou uma mescla de graduados e praças? Em que setores recrutá-los? O vulto da operação, as ressonâncias política e diplomática de qualquer falha ou deslize poderiam acarretar sérios atritos internacionais. Ao fim optei por selecionar um graduado e um cabo, que haviam ficado em quartel cumprindo o sobreaviso, uma vez que já os conhecia bem, em razão de ações a serviço da Seção de Investigação e Justiça. Dessa forma os dois passaram a ser os meus *fiéis escudeiros* na missão.

Minha preocupação era a possibilidade que havia de alguma rebeldia ou conduta inadequada ou estranha de algum ou alguns dos subversivos, o que, se ocorresse, colocaria por terra tudo que o nosso governo desejava e nós também. Equacionados esses pequenos detalhes efetuei um *briefing* explicativo aos dois sobre a missão, cujo cerne era o SIGILO quanto ao nosso destino, uma vez que os próprios prisioneiros não o sabiam e, a partir daí, como previríamos, seríamos indagados insistentemente por eles a respeito.

Reduzidos os pormenores, antes do embarque, seria necessário *conhecer e identificar* os prisioneiros, a fim de poder efetuar a entrega ao governo mexicano. De

posse das fichas individuais, com fotos, de treze componentes, da lista de quinze a ser entregue às autoridades mexicanas (entre as quais a de José Dirceu de Oliveira e Silva), surge um impasse. Como eu não conhecia ninguém da lista, tive de me valer de um *pequeno macete* para facilitar a tarefa. Adotei símbolos e cores pequeníssimos e discretos que passaram a constar da roupa e da ficha individual correspondente a cada um. Dessa forma, por ocasião da entrega, era só *cruzar* a ficha com a roupa.

A essa altura o *clima* no entorno do aeroporto e da Base Aérea era nervoso e tenso, em razão do aparato policial-militar envolvido. As horas foram passando e, após um frenético entra-e-sai de viaturas oficiais e vários boatos, finalmente às 17h30 o C-130 2456 decola para Recife, a fim de efetuar o embarque de Gregório Bezerra. Após quatro horas e cinco minutos de voo predominantemente noturno, chegamos a Recife, onde, após os trâmites legais, nos foi entregue a penúltima e, talvez, mais valiosa moeda de troca: Gregório Bezerra, que, ao adentrar no avião, onde já se encontravam sentados nos bancos laterais todos, rigorosamente todos, estes se levantaram em respeitosa saudação.

Dessa forma, foi possível decolarmos para uma etapa, agora totalmente noturna, de três horas e trinta e cinco minutos de Recife para Belém, a fim de embarcar o

último *passageiro* para o México: Mario Roberto Galhardo Zangonato, o *Shu-Shu*. Ao longo do voo, cujos *passageiros* apresentavam cenho mais preocupado que cansado, alguns tiravam seguidos cochilos curtos, enquanto nossa diminuta equipe mantinha-se administrando bem a situação, embora já apresentando alguns sinais de esgotamento.

Felizmente não houve qualquer ocorrência destoante ou anormal que merecesse registro e, assim, decolamos para nossa última etapa, de Belém para MMMX (Aeroporto Benito Juarez, na cidade do México), após cansativas doze horas e trinta minutos de voo direto. A bordo, quinze subversivos, moeda de troca pela vida do embaixador americano no Brasil. Mas a missão não terminara. A recepção foi preocupante e assustadora. Da sacada do aeroporto, ouviam-se os gritos frenéticos e os vivas aos recém-chegados subversivos. A nós, tripulantes e escolta, vaias e gritos: – *Gorilas fora!* e – *Gorila aqui é de cabeça baixa!*

Nossa tripulação foi para o prédio do aeroporto, enquanto eu tentava chegar a um acordo com as autoridades mexicanas que, a meu ver, subestimaram ou subdimensionaram o episódio, permitindo a incursão no pátio de estacionamento, de pessoas estranhas de toda a ordem, inclusive refugiados que, com isso, não

permitiram que fosse efetuada qualquer negociação com representantes mexicanos (emigração).

Conversei com o comandante do nosso avião. Retornamos a bordo, eu e o pessoal da emigração mexicana. Com isso, e somente assim, foi possível efetuarmos as transações necessárias, uma vez que as coisas se desenvolveram com a turba invasora, em uníssono, o tempo todo batendo na porta do avião e gritando: – *Gorilas fora!* Ao fim, tudo bem, todos vivos, pudemos (eu e a escolta) nos juntarmos à tripulação, no saguão do aeroporto e, após ingerirmos um oportuno café da manhã, partimos todos de regresso, em um voo direto, sem escala, México-Brasília, efetuado em dezesseis horas e trinta minutos (até hoje, a maior etapa que encarei, como tripulante ou não).

Ao pernoitarmos em Brasília tive de admitir que, apesar do cansaço físico já bem reduzido e a sensação da mente leve como uma pluma, sentia-me descoroçoado ante a perspectiva que se delineava para o nosso país, o que veio a se configurar ao longo desses quase 50 anos. Pela manhã do dia 8 de setembro, decolamos para o Galeão, aonde chegamos após duas horas e cinco minutos de voo.

Assim estava encerrado mais um doloroso capítulo de uma longa história que viria a se estender até os dias de hoje, 50 anos depois ■



OPERAÇÃO HOWEVER

Os AVRO 748, incorporados à FAB no início da década de sessenta – o primeiro em dezembro de 1962 – receberam a designação de C-91 e, à época, trouxeram novas tecnologias, tais como pressurização, piloto automático, motores turboélice, hélices com passo zero etc., que obrigaram o efetivo do Grupo de Transporte Especial (GTE) – Unidade Aérea que os recebeu, a uma verdadeira revolução tecnológica em seus conceitos e procedimentos operacionais.

A Comissão de Recebimento instalada em Londres, junto à A. V. Roe and Company (Avro), então fabricante do avião, era integrada pelo Maj Av Pereira Sobrinho, o Maj Eng Araujo, o Cap Av Sergio Burguer, o Cap Av Cecchi, o Ten Esp Claudio e o Ten Esp Cescato, além de uma equipe de suboficiais e sargentos da manutenção do Grupo, a quem coube implantar e ministrar, inicialmente, os cursos teóricos – *Ground School* – que transmitem os conhecimentos necessários à manutenção e à operação da aeronave, assim como a instrução aérea que se lhe segue.

Ao longo de 1963, foram sendo recebidas as demais aeronaves, totalizando seis – C-91 2500 a 2505 – que completaram, ao se juntarem aos dois VISCOUNT C-90 presidenciais, a frota do 1ºGTE, sediado na Base Aérea de Brasília (BABR), enquanto o 2º GTE, sediado em SBRJ – hangar do COMAR 3 no Aeroporto Santos-Dumont – ficou com a dotação total de C-47 e C-45.

O QP (Quadro de Pilotos) do GTE era integrado por seu efetivo orgânico, mais os oficiais aviadores do Gabinete do Ministro, Subchefia de Aeronáutica da

Casa Militar da Presidência, Base Aérea de Brasília, COMAR 6.

As primeiras edições do *Ground School* do C-91 e decorrente instrução aérea foram, prioritariamente, voltados para os oficiais integrantes do efetivo do GTE, cuja missão básica era a operacionalidade de sua UAer, salpicadas por oficiais das demais OM, em proporção às suas participações no QP.

Este preâmbulo, além de situar o evento a ser abordado no tempo e cenário, visa também demonstrar que o conhecimento integral das tecnologias disponibilizadas, requeria tempo e dedicação dos tripulantes que, naquele grupo heterogêneo, estavam mais presentes no efetivo do Grupo e da BABR, uma vez que nas demais OM os oficiais estavam envolvidos, prioritariamente, nas suas atividades fim.

Nossa história tem início no segundo semestre de 1966, quando já julgávamos dominar totalmente o emprego, a performance e a operacionalidade do C-91, e surge a necessidade de uma missão precursora do Ministério de Relações Exteriores de, por intermédio de seu Chanceler, Dr. Juraci Magalhães, dar curso às conversas preliminares com presidentes de países vizinhos, como preparatórias para uma Reunião de Presidentes sul-americanos, a ser realizada em Buenos Aires.

Tal missão deveria seguir um roteiro circunstancial, função do resultado de tratativas prévias efetivadas pelo Chanceler brasileiro, mas sabia-se que seus destinos prioritários seriam Buenos Aires, La Paz, Montevideu e Santiago.

Era então Ministro da Aeronáutica o



Brig Eduardo Gomes que, consultado pelo seu par e velho correligionário da pasta das Relações Exteriores, não hesitou em disponibilizar um C-91 da Força Aérea para atender a missão.

Eis que, nas preliminares para a efetivação da missão, esbarra-se com a limitação operacional de que, o C-91, embora tenha o teto operacional de 25.000 ft, seus gráficos de performance de decolagem restringiam-se a aeródromos situados até 8.000 ft, não contemplando análises para pistas de maior altitude, o que levou a uma primeira resposta por parte do GTE, de que o destino La Paz não poderia ser atendido, uma vez que o aeroporto local – El Alto – estava situado a 13.323 ft. Se há alguém em quem uma resposta negativa sobre a realização de uma missão não ecoava, a história nos conta que o Brig Eduardo era este alguém, e sua resposta veio em palavras e imagem.

Na revista *Avro Journal*, que se encontrava em seu gabinete, provavelmente

trazida pela equipe comercial da A. V. Roe, a capa estampava um Avro 748, o G-ARAY, o mesmo que fizera a demonstração pré-venda aqui no Brasil, pousado em El Alto, La Paz. Narra a história que o Ministro teria dito: *se os ingleses vão*, por que nós não podemos ir. Teríamos de ir, e aí nasce a operação batizada de *However*.

Consequentemente, nós implementamos buscas nos Manuais de Operações e Manutenção, no sentido de encontrar uma resposta que viabilizasse a decolagem de El Alto, ao tempo que consultávamos os fabricantes da aeronave e das turbinas – RR Dart 531 – aquela, já agora, a Hawker-Siddeley e, esta, a Rolls-Royce, respectivamente.

A RR nos enviou um boletim determinando que, antes da decolagem do trecho que tivesse por destino o aeroporto de El Alto, *reduzíssemos em uma volta e um quarto a regulagem do sensor da unidade da injeção de água-metanol das turbinas*, para que estes não registrassem uma desproporcional e irreal falta de potência, levando a uma injeção desnecessária, que redundaria, fatalmente, em excesso de temperatura e aos danos consequentes. Tal ajuste deveria ser desfeito no primeiro pouso após a decolagem de La Paz. E, ao fim da resposta, assinalava, *HOWEVER* deve ser ouvido o fabricante do avião sobre o comportamento da célula nestas condições.

Por sua vez, a HS resumiu sua resposta a indicações, óbvias, sobre a operação do sistema de pressurização – que era semi-automático – nada esclarecendo sobre a *performance de decolagem*, isto é, cálculo de V1, V2, distância a percorrer que, em condições normais, são fornecidas pelos gráficos dos Manuais, finalizando, igualmente com o indefectível, *HOWEVER*, deveria ser ouvido o fabricante das turbinas.

Aí está o porquê do nome dado à missão.

Diante disto coube ao setor de Operações do GTE encontrar o caminho para viabilizar a missão, aí entendido como

encontrar os parâmetros que tornassem a decolagem, naquela altitude, uma manobra segura.

Abro aqui um parêntese, para comentar que, para os oficiais aviadores mais antigos do nosso QP ou simplesmente do efetivo daquelas OM supracitadas, toda esta celeuma parecia sem sentido, uma vez que eram testemunhas ou mesmo protagonistas da operação dos heróicos C-47, na Cordilheira dos Andes, que contêm picos acima de seu teto operacional, e com decolagens rotineiras de La Paz, no cumprimento de linha do Correio Aéreo Nacional (CAN). Agora se tratava de fazê-lo com uma aeronave muito mais potente, com recursos muito melhores e com teto operacional muito acima da altitude da tal decolagem, dita crítica.

A conclusão de nossos estudos foi baseada na análise do gráfico *En route net flight path (drift-down)*, que determinava a altitude máxima de operação monomotor diante da eventual falha de uma turbina em rota, justo para viabilizar rotas que cruzassem áreas com montanhas de grande altitude. Assim foi possível estabelecer o *Peso Máximo* com que o nosso C-91 se sustentaria na perna com o vento de El Alto, que deveria ser feita a 14.500 ft, assim como a velocidade mínima de sustentação nestas condições, e adotá-los como PMD (*Peso Máximo de Decolagem*) e V2.

Faltava só obter as distâncias a percorrer para atingir V1 e V2, para termos uma decolagem balanceada, isto é, dentro dos parâmetros de segurança estabelecidos para esta operação, o que

foi feito no gráfico *Balanced field length*, cujos fatores atuantes eram conhecidos e passíveis de extrapolação. Em verdade não recorro com absoluta precisão estes números, mas posso afirmar que o PMD para aquela altitude ficou em torno de 34.500lb, contra os 42.000lb permitidos ao nível do mar em ISA+15; as V1 e V2 muito próximas às mensuráveis no gráfico que as estabelecia para campos a 8.000ft de altitude; e a distância a percorrer no solo estava na casa de 50 a 60% da disponível na pista de 4.000m de comprimento, o que nos deixava bem tranquilos.

Isto posto, e apresentado ao Comando do GTE e ao Gabinete do Ministro o trabalho efetivado, foi emitida a Ordem de Missão, por zelo administrativo, enquadrada como Missão Militar. Assim, em 9 de outubro de 1966, o C-91 2503, com sua configuração interna VIP, e tripulado pelo Cap Av Trajano, Cap Av Cesar, Ten Esp Claudio, SO QAv Melo e 1S RTvo Magalhães, mais tripulação de cabine, decolou de SBRJ, Santos-Dumont, tendo a bordo o Sr Juraci Magalhães, Chanceler brasileiro, mais 13 pessoas, entre assessores e cônjuges, para a missão preparatória da Reunião de Presidentes sul-americanos, tendo como destinos as cidades de Santiago do Chile, La Paz, Buenos Aires e Montevideu.

Operacionalmente, as etapas previstas eram SBRJ/SBPA/SACO/SCTI/SCAR/SLLP/SCAR//SCTI/SACO/SAAE/SUMU/SBFL/SBRJ, isto é, seriam necessários pousos intermediários entre os destinos políticos, assim como pouso imediatamente anterior e posterior à operação em



La Paz, para o tal *ajuste* da Unidade de Água-Metanol.

Pulamos agora para o dia 12 de outubro, quando decolamos de Santiago (SCTI) às 8 horas local com destino a Arica (SCAR), cidade no extremo norte do Chile, próximo às fronteiras com o Peru e a Bolívia, cujo aeródromo é ao nível do mar, e onde após quatro horas e vinte e cinco minutos de voo pousamos, efetivamos a calibragem requerida na unidade de água-metanol das duas turbinas, e decolamos para La Paz, El Alto (SLLP), aeroporto a 13.323ft.

Após subirmos, orbitando entre Arica e o contraforte da Cordilheira, para atingir o nível necessário para a altitude mínima em rota, aproamos La Paz, voando a 23.000ft e, após trinta minutos de voo, iniciamos a descida, operando manualmente o sistema de pressurização, para que tivéssemos o encontro das pressões da cabine e do exterior somente ao entrarmos na reta final – 13.800ft – a fim de não gerar desconforto para os passageiros.

Para maior segurança, os tripulantes de cabine usavam suas máscaras de oxigênio e a aproximação e o pouso transcorreram de forma normal, não apresentando qualquer diferença significativa daquelas realizadas em níveis inferiores. Após as cerimônias protocolares de recebimento de nosso Chanceler, a comitiva se retirou do aeroporto, onde ficamos nós, a tripulação, e em contato com companheiros da Força Aérea Boliviana, colocamos algum lastro no avião para simular o peso dos passageiros e fomos fazer um *voo de experiência*, para confirmar a efetividade dos ajustes

feitos nas turbinas no que tange à injeção de água-metanol.

Por ser instrutor de voo de C-91, enquanto o Cap Trajano tinha a qualificação de 2P na aeronave, me coube a pilotagem neste voo. Fizemos um briefing específico, ressaltando as anomalias que poderíamos encontrar, como falta de potência, conduzindo a uma corrida mais extensa para atingir V1 e/ou V2, em face do que estabelecemos um ponto na pista compulsório para abortar; a necessidade de um monitoramento constante da temperatura das turbinas, vis-à-vis a entrada da água-metanol, para evitar a ultrapassagem do limite máximo permitido; e rigorosa observação da velocidade para o *flap speed schedule*, em virtude do nível de sustentação.

Feito isto, efetivamos duas decolagens com seus circuitos, em que pudemos observar e constatar o adequado comportamento de todos os parâmetros, configurando uma operação absolutamente normal da aeronave. Comunicamos o resultado ao GTE, aprontamos o avião para o pernoite, e fomos para o merecido *descanso do guerreiro*. No dia 15 de outubro, concluída a missão da delegação do MRE, prosseguimos a missão decolando para Arica, onde iríamos desfazer os ajustes das turbinas, voltando à operação normal da aeronave.

Fugindo um pouco do objeto inicial de nosso artigo, expresso pelo título, haveria ainda dois episódios a narrar, que dizem bem das características especiais das missões do GTE, e que exigem conhecimento técnico e capacidade de decisão de seus integrantes.

O primeiro refere-se a um Boletim Mandatário de Manutenção que determinava a inspeção das janelas de emergência, a ser feita na sede, para que se pudesse realizar voo pressurizado, o que levava as aeronaves fora de sede a retornar a Brasília em voo não pressurizado. No nosso caso era impossível fazê-lo, logo haveria que aguardar a equipe de inspeção, o que acarretaria a impossibilidade de cumprimento da agenda do Ministro, evidentemente, de invulgar importância para nossa política

internacional. Estávamos, pois, entre a cruz e a caldeirinha.

Ocorre que o Ten Claudio, de nossa tripulação, como vimos acima, havia sido da equipe de recebimento dos nossos Avros na fábrica, e, como tal, o multiplicador do conhecimento para as equipes de manutenção do Grupo. Logo, ninguém melhor do que ele para cumprir tal boletim, que determinava apenas a *inspeção* das janelas de emergência e, se não encontradas anormalidades, recolocá-las no local. Isto feito, e balanceando a responsabilidade operacional e a administrativa, esta do Trajano e aquela minha, optamos por prosseguir nossa missão e decolamos no dia e horário previstos na OM e, obviamente, em voo pressurizado.

O segundo ocorre quando, conhecendo nossa decolagem de La Paz e projetando a duração da jornada, nossa Embaixada em Buenos Aires nos comunica que, em face do início do horário de verão, não conseguiríamos pousar no horário previsto para as cerimônias protocolares, e causaríamos transtornos ao governo local. Buscamos então conceber uma rota alternativa, que pudesse encurtar o percurso, e cancelamos a ida a Santiago, cruzando a Cordilheira numa diagonal noroeste/sudeste, de Arica para Mendoza, fora de aerovia e visual, o que nos proporcionou um voo lindíssimo *por cordilheira nunca dantes navegada*, em verdade com pouquíssimas informações meteorológicas, pois segundo nos comunicou o Centro La Paz, quando já estávamos em rota, *hoj dia no tenemos meteorologista disponible*.

Com a rota alternativa e com um tempo recorde nos procedimentos de solo em Mendoza, conseguimos chegar dentro do horário do protocolo. Aquela decisão de optar pela manutenção do quadro-horário da missão *vis-à-vis* ao cumprimento não protocolar do Boletim Mandatário foi aceita pelo chefe do setor de Operações do Grupo, Ten Cel Av Alípio, mas gerou uma advertência no Boletim Ordinário a este responsável operacional pela missão, para exemplo a seus pares na OM.

HOWEVER... MISSÃO CUMPRIDA ■

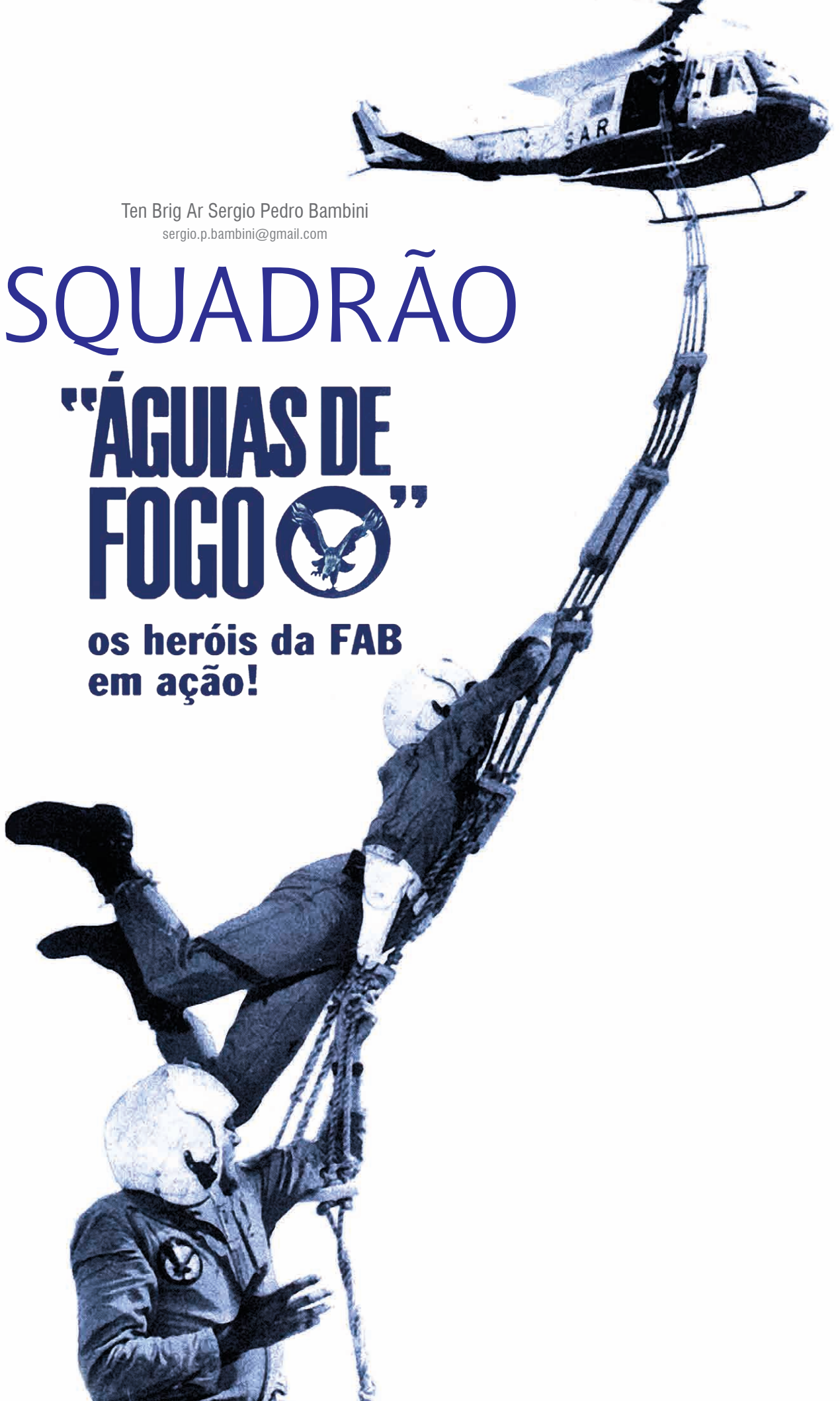


Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
sergio.p.bambini@gmail.com

ESQUADRÃO

"ÁGUIAS DE FOGO"

os heróis da FAB
em ação!



Em meados de 1967, nosso Esquadrão, o 1º/10º GAv, vivia sua rotina normal com nossos RB-25J e nossos RT-11, cumprindo regularmente as missões do Esquadrão Poker.

Semanalmente, uma tripulação, acrescida de um Oficial Especialista em Meteorologia, era engajada em Missões de Reconhecimento Meteorológico, à época, principal fonte fiel, para alimentar o que jocosamente chamávamos *bruxos*, os meteorologistas do Centro de Previsão Meteorológica do Galeão. Nos voos de Reconhecimento Meteorológico, o meteorologista escalado, no seu posto no nariz do RB-25J, fazia suas observações e, via telegrafia, as enviava para a Central do Galeão, onde os dados eram juntados a outras informações obtidas especialmente pelos inúmeros postos de captação de dados, tipo temperatura, pressão e luminosidade, existentes em, praticamente, todos os aeródromos controlados, e por informes de pilotos em voo. Após analisados e integrados esses dados, eram emitidas as previsões diárias e os boletins horários, os famosos QAM. Esses voos MOMD – Missão de Observação Meteorológica Diurna – eram dirigidos, sempre, para o setor geográfico onde se estimava estar entrando uma frente fria. Eram voos no mau tempo, em que a navegação correta era essencial, lembrando que a aeronave era equipada, apenas, com dois radiocompassos e um VHF de doze canais. Sim, existia um excelente equipamento de radiotelegrafia, mas que não melhorava as condições de navegação. Os pilotos, escalados para a missão semanal, regressavam com muitas horas de voo por instrumentos. Confiávamos, muito, nas longarinas das asas do B-25 e de sua forte estrutura, além, claro, dos paraquedas que serviam de almofada de encosto dos bancos dos tripulantes.

Fazíamos, regularmente, como missão do Esquadrão, recobrimentos aerofotográficos, não fotogramétricos, devido à precariedade das plataformas e sensores para as fotos, mas realizávamos excelentes trabalhos. Uma, às vezes,

duas aeronaves eram envolvidas nessas missões semanalmente. Para assegurar a cobertura lateral era impressionante o trabalho do fotodiretor, Oficial Especialista em Fotografia, operando um Visor Norden, assumindo a navegação e exigindo dos pilotos concentração total para que não houvesse qualquer desvio na execução das faixas do recobrimento. Como não havia piloto automático e as asas tinham de estar niveladas, a manutenção da reta era feita por meio dos pedais. O fotodiretor não admitia erro de um grau sequer. Suava-se muito quando as faixas eram longas. E, às vezes, eram muito longas.

Reboque de Alvos era a terceira especialidade do Esquadrão. Em voo a baixa altura, e com velocidade abaixo da velocidade monomotor, desenrolávamos, de um carretel hidráulico, dois mil pés de cabo de aço e, após, fazíamos chegar, até o final do cabo, uma biruta retangular, de malha metálica e, nessas condições, desfilávamos, baixinho e devagarinho, em frente a uma ou duas baterias de artilharia antiaérea equipada com canhões de 90mm, que atiravam com munição real. Não era certamente uma missão agradável, pois envolvia riscos. Por exemplo, um dos tripulantes, da especialidade Armamento, ficava com um tesourão na mão pronto para cortar o cabo de aço em qualquer situação de emergência, como um monomotor, ou, ainda, o acerto de um tiro no cabo, ou mesmo na própria biruta, o que ocasionava um violento *puxão* no avião. Para missões com Unidades de Artilharia equipadas com canhões 40 mm, os procedimentos eram idênticos, porém, com menos cabo de aço distendido e a utilização de biruta de tecido, posto que as baterias não possuíam radar de tiro. Ao final da missão, a biruta era alijada sobre uma pista, em aeródromo militar, se existente nas proximidades, para facilitar seu recolhimento e reaproveitamento. O cabo de aço era enrolado, hidraulicamente, em seu carretel no interior da aeronave.

Em todas as missões descritas acima, o trabalho de toda a tripulação era algo impressionante. Uma verdadeira equipe

bem treinada. Meteorologista, mecânico, radiotelegrafista nas missões de Observação Meteorológica; fotodiretor, fotógrafos, mecânico e radiotelegrafista nas missões de Reconhecimento Fotográfico; e especialista em armamento, mecânico e radiotelegrafista nas missões de Reboque de Alvo.

Pois bem, em plena rotina normal, certo dia do segundo semestre de 1967, o Esquadrão recebeu alguns personagens assaz estranhos. Era uma meia dúzia de homens, sendo que, quatro deles fardados, mas de uma forma um pouco diferente. Três estavam de macacão de voo, de um azul forte, mas bem mais claro que o nosso macacão normal, de brim azul bem escuro. As insígnias nas golas de seus macacões eram grandes, as mesmas que usávamos nas ombreiras do 5º Uniforme. Um deles usava, na manga do seu macacão de voo, a divisa de segundo sargento, a mesma do 5º Uniforme. O último fardado era um homem alto, cabelo cheio e grisalho. Era um major aviador, com 5º Uniforme. Entretanto vestia, ao invés da tradicional túnica, uma jaqueta, à época constante do RUMAER, o que ressaltava seu belo físico, seus ombros largos e seu peito enorme. Na gola da camisa, as insígnias da ombreira do 5º Uniforme.

Que diabo está acontecendo?

Logo fomos reunidos, na Sala de Brifim, e informados que abrigaríamos, por algum tempo, um grupo de civis, que filmariam uma série de episódios para a televisão, versando sobre a Força Aérea Brasileira e suas Unidades Aéreas. A série chamar-se-ia Águias de Fogo. Estavam autorizados e o comando superior solicitava nossa total colaboração para o êxito da missão dos visitantes e consequente divulgação de nossa Força.

Os nossos azes do Esquadrão Águias de Fogo eram o Maj Av Ricardo, Comandante da Unidade Aérea, representado pelo ator Dirceu Conte. Nas conversas internas dizia-se que ele era irmão do famoso ator cinematográfico Alberto Ruschell. Não cheguei a ter confirmação desse informe. O Oficial de Operações, Cap Av César, era interpretado pelo ator Ari Fernandes. Ele

era, igualmente, o diretor e, parece-me, o produtor da série. Esse era conhecido na indústria cinematográfica nacional, pois produziu e dirigiu a famosa série para a televisão dos anos 60, *O Vigilante Rodoviário*. Ari Fernandes era quem se relacionava conosco para a realização das necessidades artísticas e cenográficas. Um indivíduo inteligente, comunicativo e simpático. Consequia tudo o que pedia.

Havia, ainda, o Asp Av Fábio, cujo intérprete era o jovem artista Roberto Bolant. Fazia o Aspirante típico, com muita vontade e pouca experiência. Completava o cast fixo o Sgt Fritz, segundo sargento que exercia todas as funções técnicas dentro de uma aeronave cenográfica. Era mecânico, radiotelegrafista, especialista SAR e tudo mais que fosse necessário na cena a ser filmada. Tinha a característica, no filme, de ser lutador de artes marciais, especializado também em capoeira. Foi o herói de alguns episódios, quase no mesmo nível percentual do Maj César.

Nossos artistas conquistaram rapidamente o efetivo da Base Aérea de Cumbica. Eram simples, simpáticos e acessíveis. Eles também se esforçavam para que o relacionamento desse certo. Em última análise, o seu êxito dependia de nós.

Nos meses que se seguiram, nós do efetivo do 1º/10º GAv, como também os pertencentes ao 2º/10º GAv, então, sediada em Cumbica, participamos de muitas atividades visando facilitar, ao máximo, a produção dos episódios da série.

Também fizeram parte desse esforço, as bases aéreas de Canoas e de Santa Cruz,

organizações para onde, algumas vezes, o Esquadrão Águias de Fogo se deslocou.

Uma hora, compúnhamos o efetivo do Esquadrão, em uma Sala de Brifim, noutra, fazíamos parte de uma reunião em que mapas estavam sendo estudados para o planejamento de missões em episódios dos quais não tínhamos a mínima ideia de como seriam montados. Todos nós viramos artistas. Extras eventuais. Voávamos relativamente bastante em proveito das filmagens. Ora filmando ora sendo filmados.

Certo dia, vi o Diretor Ari Fernandes conversando, um pouco agitado, com vários militares da Manutenção, mecânicos, e chamou-me à atenção, os especialistas em Sistemas Hidráulicos. Como eu era adjunto do Oficial do Material – S4 – e, desde que chegara ao Esquadrão, somente havia trabalhado nessa área, aproximei-me, interessado. Eles discutiam sobre a possibilidade de o RB-25J poder voar com o trem de pouso em uma posição que mostrasse, com total evidência, que estava em pane de pouso. Seria essencial para dar veracidade a algumas cenas de um episódio.

A discussão estava aberta e animada.

Uns diziam: – *Não dá*. Outros, apenas, balançavam a cabeça negativamente. Vi o Diretor afastar-se visivelmente chateado. Convidei-o a ir até minha sala, onde me informou que, sem uma visualização convincente da aeronave em pane, a cena teria de ser criada por meio de modificação nos diálogos, com evidente perda da emoção desejada. O trem em cima, com o piloto mostrando preocupação por estar com problemas para baixá-lo, seria convincente, mas não emocionante. Da mesma forma, o trem na posição baixado e o piloto mostrando estar preocupado, e em dúvida sobre o seu travamento, ou não, careceria de emoção.

Perguntei-lhe qual a urgência e ele disse-me dispor, ainda, de alguns dias. Procurei o Ten Eder, Oficial de Manutenção, experiente, metódico, estudioso e dedicado, que conhecia tudo sobre a aeronave. Disse-me ele que tendo sido um avião construído em esforço de guerra, saindo, diretamente, da prancheta dos engenheiros projetistas para a fabricação em série, os sistemas eram seguros, porém extremamente simples. Achava não ser possível atender à solicitação da equipe de filmagens.



No final do expediente, levei o Manual de Voo (TO-1) e o de Manutenção (TO-2). À noite, estudei, com muita atenção, o Sistema Hidráulico do B-25. Não havia nada escrito sobre ser possível simular uma pane de trem de pouso, **mas também não havia nada dizendo que não era possível.**

No dia seguinte, eu faria um voo de experiência de um avião saindo da revisão. Resolvi tentar. Decolamos, fizemos todos os testes previstos para o voo e, em uma altitude e local confortáveis, com a tripulação toda em alerta, comecei meus testes de abaixamento e recolhimento do trem de pouso. Uma, duas, três tentativas. Não sei, ao certo, quantas. De repente, trabalhando com a alavanca do trem, consegui. Lá estava o trem de pouso parado no meio de seu curso. Um pouco... cerca de 15% dos pneus ainda no alojamento do trem, as portas abertas evidenciando, certamente uma séria irregularidade no abaixamento do trem de pouso.

Conseguíramos!

Repetimos duas ou três vezes, até eu ficar proficiente na manobra, e voltamos à Base. Comuniquei ao Oficial de Operações,

que autorizou um voo para a filmagem. Utilizamos duas aeronaves voando bem próximas. Uma, a que eu pilotava, simulando a pane. A outra, sem as janelas laterais do compartimento traseiro, com a equipe de filmagem. Dizem que a filmagem ficou muito boa. Jamais a vi, mesmo nos episódios da série, que assisti. Nem mesmo sei se foi aproveitada. Mas foi um desafio e tanto.

Foi-me útil a experiência na continuidade de minha vida operacional como Instrutor de RB-25J. Certo dia fui escalado para fazer um voo de cheque de um oficial mais antigo, conhecido por ser extremamente exigente, quando checando outros pilotos. Fizemos todas as fases previstas para o tipo de voo e, numa aproximação, na situação de voo por instrumentos, reduzi a manete de um dos motores, simulando a perda total de potência desse motor. Zero problema para o B-25, que voava muito bem com apenas um de seus dois motores, tanto que, em uma situação de emergência, com a perda de um motor na decolagem, ou, na arremetida, o procedimento era *reduzir* o motor bom para manter o avião sob controle. Com plena potência, pouca

velocidade e um só motor, era impossível manter a reta.

Voltando ao voo de cheque, na sequência do procedimento monomotor, já próximo ao *ponto crítico*, quando o piloto, em cheque, solicitou *trem em baixo*, coloquei o trem na posição intermediária. Ele não notou, isto é, não checou visualmente entretido com o procedimento. Prosseguimos, e, quando na final para pouso, ele pediu-me para falar com a torre de controle, olhei para ele e perguntei: – *Vai pousar com o trem assim?* Ele olhou, viu e percebeu. Reagiu rapidamente, deu motor e pediu para eu falar com a torre que estávamos arremetendo. Experiente que era, deu somente o motor necessário, visivelmente perturbado, porque, na realidade, não estava compreendendo o que se passava. Subimos um pouco. Olhei para ele, sorrindo, e expliquei.

Regressamos e pousamos. Fiz o debriefing e expliquei-lhe o procedimento, que ele não conhecia, enfatizando a imperial necessidade dos cheques regulares. Ele continuou exigente, porém, menos *turrão* em seus voos como checadador ■





OS DIREITOS DA RELIGIÃO

Fulton J. Sheen
Filósofo

Extraído do livro “O problema da liberdade”

Qual a relação entre a religião e os negócios públicos?
A essa pergunta foram dadas duas respostas diversas no século
passado, ambas erradas: a religião é *estranha* aos negócios
públicos; e a religião é inimiga dos negócios públicos.

A religião é estranha aos negócios públicos

A época do liberalismo julgou ser possível servir a um tempo a Deus e a Mammon. A religião era tida como uma espécie de luxo sentimental a que o homem se podia apegar se assim o quisesse, mas que devia ser mantida num compartimento separado da ordem econômica e política. Seis dias da semana eram dados ao homem para ganhar a vida; um dia por semana devia ser concedido ao repouso. Se, em vez de repousar, um homem desejasse *ir* à igreja, isso só era de sua conta; mas sob condição alguma devia ele levar consigo sua *igreja* para o trabalho na segunda-feira pela manhã. A religião era considerada um assunto *particular*; os negócios eram *públicos*. Daí não ser considerado de bom tom trazer o assunto de religião a um jantar, embora se pudessem discutir à vontade as ideias políticas do vizinho ou mesmo sua consciência. A política e a economia eram terrenos em que cada qual devia decidir por si, tivesse ou não razão; e qualquer tentativa por parte da Igreja de sugerir princípios morais que governassem esses domínios era encarada como injustificável intromissão. A religião era qualquer coisa que se traz consigo, que se veste, como um terno de roupa, mas não uma parte integrante da vida, tal como ver ou ouvir.

Criou-se assim uma atitude mental em que se supunha que o grande ato redentor do Calvário não tinha significação alguma

para a ordem social. A alma convertia-se num insignificante subúrbio da cidade chamada Negócio. Se a política e a economia não interferiam na religião, argumentava-se: – *Por que deveria a religião interferir na política e na economia?* A liberdade religiosa era assim adquirida na suposição de que devia abster-se da ordem secular. Tornava-se a religião uma área delimitada da vida, isolada de qualquer contato com o temporal, e qualquer tentativa da parte da religião de introduzir considerações éticas ou morais nos negócios era considerada abusiva, como se a virtude da justiça fosse qualquer coisa que se pregasse do púlpito num domingo, mas que não devesse ser praticada numa fábrica na segunda-feira. O mundo admitia de bom grado que a religião pudesse revelar ao homem seu último fim, mas recusava-se a permitir que a religião lhe proporcionasse os meios adequados de atingir tal fim.

A religião veio a ficar perante o mundo dos negócios na mesma relação em que Deus estava para com a astronomia de Newton. Como Newton pôs o universo debaixo da lei, presumiram os newtonianos que Deus não era mais necessário para explicar a ordem e harmonia das esferas, como se a descoberta de uma lei abolisse a necessidade de um Legislador. Newton trouxe Deus até seu universo para explicar duas irregularidades que não se podiam ajustar em sua lei, a saber: por que certas estrelas fixas não caem e por que certos

astros, girando em diferentes órbitas, não colidem. Tornava-se assim Deus um meio cômodo de explicar irregularidades que a ciência não podia ainda esclarecer, um remendão cósmico qualificado andando de um lado para outro a tapar os rombos do universo newtoniano. De modo semelhante permitia-se que Deus cuidasse das irregularidades do universo político e econômico, isto é, Ele e Seus crentes podiam fazer o serviço de ambulância para os pobres, os indigentes e os aleijados, que a ordem política e econômica não tinha ainda meios de atender. Mais tarde, com o progresso e a ciência, mesmo essas irregularidades sociais desapareceriam e não se necessitaria mais da religião. Desse modo era a religião relegada a um lugar retirado do mundo; uma catacumba onde os homens podiam ir repousar, mas só depois de terem lavado as mãos dos negócios. Chegava-se quase a pensar que o homem que ia à igreja era diferente do homem que ia ao trabalho ou que o homem, como criatura política e econômica, tinha escapado de algum modo miraculoso à queda do homem. O resultado dessa separação entre a religião e os negócios públicos era impelir a religião para uma posição de crescente alheamento dos negócios públicos. *Eu não incomodo a Igreja, por que razão ela haveria de me incomodar?* Isso se tornou o falacioso refrão para justificar o divórcio de duas coisas destinadas a serem tão inseparáveis como a cabeça e o corpo.

A religião é inimiga dos negócios públicos

Essa atitude mental de afastamento da religião dos negócios públicos levou ao segundo período, mais contemporâneo, em que a religião é considerada *inimiga* dos negócios públicos. A transição é algum tanto natural, pois dizer que a religião é impertinente à ordem social vale o mesmo que conceder à irreligião predomínio na ordem social. Deixar a religião fora dos negócios públicos não é como deixar o azul fora de uma colcha de retalhos; é como arrancar os olhos fora da cabeça. A cegueira é a consequência da doutrina de que os olhos são desnecessários à vida; a desavença é a consequência da doutrina de que o mútuo amor é desnecessário às relações entre marido e mulher; e a violência, a desordem, o derramamento de sangue são a consequência da doutrina de que a justiça é estranha à ordem econômica. De modo semelhante, deixar a religião fora da ordem social não é a negação de alguma coisa indiferente; é a privação de alguma coisa indispensável. Deixar fora da ordem secular a justiça, o amor, a caridade, os direitos humanos e os deveres – todos os quais pertencem à religião, é como deixar a alma fora do corpo. Deixar a alma fora do corpo não é ficar com o corpo sem alma, é a morte; deixar a religião fora da sociedade não é ficar com uma civilização secular, é o caos. Demonstra a História que, se uma sociedade ignora a religião, nunca se transforma exatamente em uma sociedade irreligiosa; torna-se antirreligiosa. A vida é apenas a soma das forças que resistem à morte, e uma vez terminada a resistência a essas forças contrárias, começa o desaparecimento. Do mesmo modo, no mesmo instante em que se nega à religião o direito de interferir na ordem política e econômica, apodera-se destas a antirreligião. A ordem secular nunca vive no vácuo: nem mesmo neutra pode ser; se os cidadãos de um Estado abandonaram a religião e o seu dever de dar a Deus o que a Deus pertence, imediatamente julgará César que até Deus recebe Sua autoridade de César. É então

permitido a qualquer propagandista barato de Moscou ou Berlim pregar o seu ateísmo ou o seu racismo, enquanto o homem de Deus que prega a justiça e a caridade é tido como um inútil intruso. O ódio de classe é o mau fruto do desprezo da caridade; a desonestidade em política é a triste herança do desprezo da justiça; o comunismo na vida nacional é o resultado do desprezo da redenção e do amor fraterno.

O mundo comete um grave erro ao pensar que pode deixar a religião fora de sua norma de procedimento nacional e continuar a ser o mesmo mundo de antes. Seria isso verdade se a religião não passasse de um acidente da ordem social como as corridas de cavalo, e não a soma das virtudes que condicionam a justiça e a paz. A casa vazia será, afinal, a casa arruinada e a sociedade arreligiosa será, afinal, a sociedade antirreligiosa. A religião que não interferir na ordem secular logo descobrirá que a ordem secular não se absterá de interferir nela, talqualmente a mãe que se abstém de corrigir os seus filhos desobedientes verá breve os filhos a corrigi-la.

O mesmo mundo que há vinte anos aceitava ser a religião desligada da economia e da política é o mundo que hoje hostiliza a religião. Não é bem porque a violência, o ateísmo, o racismo sejam consequentes ao declínio da religião, como o castigo se segue ao ato de desobediência; é antes porque eles são inseparáveis, como um lírio podre e seu desagradável odor, ou a sementeira e a colheita.

Se o camponês não plantar trigo, não ficará estéril seu campo no outono; cobri-lo-ão, as ervas daninhas. Deixai os homens crescer sem cuidarem se sua alma pertence a Deus ou a César, e, antes que eles o saibam, César os possuirá de corpo e alma. Chama-se isso de totalitarismo ou teoria estatal, que diz que o homem todo pertence ao Estado. Tal regime deve necessariamente perseguir a religião, pois para possuir o homem ele tem de desprezar a religião, que afirma que o homem tem direitos independentes do Estado. Em princípio, uma filosofia totalitária, que nega

valor à pessoa humana fora da raça ou da classe, é necessariamente antirreligiosa. O totalitarismo tem de agir assim se quiser sobreviver, pois nunca poderá possuir inteiramente o homem enquanto não alijar a Igreja, que diz que o homem não pertence inteiramente ao Estado. A Igreja opõe-se a tal absorção do homem pelo totalitarismo e por esta razão é perseguida. Uma vez que o Estado inclui a religião sob a política, toda e qualquer atividade religiosa por parte da Igreja passa a ser encarada como uma interferência política. O totalitarismo é errado não por ter um ditador, mas porque o ditador está dispondo até da alma do homem, ao fazer da pessoa um meio para um fim, do homem um aspecto econômico do Estado, ou uma gota de sangue do organismo político, ou um operário do Estado-fábrica. Quanto mais insistir a Igreja em seu direito à alma do homem tanto mais será perseguida; eis por que tem ela sido chamada *reacionária* no México; *antirrevolucionária* na Rússia; *política* na Alemanha; *contrarrevolucionária* em Barcelona. César crucificará o Cristo sempre que César julgar que ele próprio é Deus.

O que se dá no mundo moderno é apenas uma repetição do que aconteceu no começo da era cristã. A princípio o Filho de Deus é ignorado como um estranho ao mundo, para depois ser perseguido.

A princípio Ele foi considerado como um estranho ao mundo que veio salvar. *Ele veio para o que era seu, e os seus não O receberam.* Ele não foi abertamente rejeitado; foi apenas ignorado. Não houve violência alguma contra Ele quando Sua Mãe batia de porta em porta pela cidade de Belém. Simplesmente *não havia lugar*. Afinal de contas, que relação teria a religião com a economia, e que relação teria Deus com o mundo? Os homens estavam então demasiadamente ocupados com seus cofres, com suas contas e com seus impostos para se incomodarem com o Criador, exatamente como agora estão ocupados demais com seus negócios e suas dissensões políticas. Ele pode vir ao mundo, se quiser, mas que Ele próprio encontre lugar para Si. Aqui não

há lugar. A fim de melhor dar a entender que o homem havia rejeitado o seu Criador, Ele é expulso da cidade para os montes, para longe das estalagens, para os estábulos lá fora, dentre os homens para o meio dos animais. E quando se deita um olhar nessa Criança, que foi alijada da terra que criara, e literalmente expulsa para fora da cidade de Seus pais, deitada num leito de palha entre um boi e um burro, não se podia deixar de ver nesses animais o símbolo da rejeição humana. *Não havia lugar na estalagem.*

A religião, dissemos acima, é primeiramente ignorada, depois perseguida. A indiferença à religião é o começo do ódio à religião. Assim se deu com o Cristo. Em Seu Nascimento os homens não Lhe deram atenção; simplesmente batiam as portas no rosto de Sua Mãe. Dentro de dois anos eles o estarão perseguindo como a um criminoso. Primeiro mostram-se indiferentes ao lugar em que ele nasceu; agora, intolerantes só porque nasceu. Antes apenas não O queriam em suas estalagens; agora não O querem no mundo. Primeiro Ele é tão estranho às suas vidas que O deixaram com os seus inofensivos animais; agora é Ele considerado inimigo de suas vidas e mais perigoso do que feras. Nem mesmo O querem agora deixar em seus estábulos, tal como a Rússia não O quer deixar em seus tabernáculos. Parte de Herodes a ordem de que toda a criança do sexo masculino abaixo de dois anos de idade deve ser morta. Nenhum rei poderá ser soberano se este novo Rei Infante também pretender a Realeza. Herodes não poderá possuir inteiramente o homem se esta Criança se intitular Rei do homem. Aquele que primeiro desprezou a Criança agora teme a Criança. A caverna do pastor torna-se agora o antro do bandido, enquanto Herodes despacha seus soldados, que se lançam como falcões em perseguição de um Infante que mal aprendeu a andar. A irreligião apoderou-se do lugar deixado pela religião; a perseguição seguiu-se à indiferença; o assassinio dos inocentes veio na esteira do nascimento do Inocente. A indiferença ao Cristo não termina e nem pode terminar na ausência do Cristo; acaba no Anticristo.

Foi assim no começo; é assim agora, e será assim até o fim; ensinaram a Europa a cerrar o punho e a cuspir sempre que Seu nome é ouvido; não O podem deixar só. Eles não são precisamente homens sem religião; são homens contra a religião; não mostram frieza para com Deus; entregam-se ao ateísmo com todo o ardor.

Donde tiram eles energia para esse ódio? Donde tal entusiasmo pelo ateísmo? Como conseguem tal apostolado pelo Anticristo, tantas espadas para a pilhagem das coisas de Deus e assassinio das mulheres de Deus? Donde tirou a Rússia esse ímpeto para implantar em Valência, pela primeira vez na História do mundo ocidental, um regime declaradamente contra Deus? Tirou-o da realidade de Deus. Os homens não se entusiasмам por fantasmas. Os homens não saem a campo para dar combate a ficções da imaginação nem a mortos. Odeiam, entretanto, os vivos. Rejeitando-O, estão eles prestando-Lhe testemunho. Ninguém odeia César, Napoleão ou Genghis Khan. E por que não? Porque morre o ódio quando perece o objeto odiado. Os homens já não cerram mais os punhos contra um Bismarck, nem montam mais guarda ao túmulo de um Néelson. Mas cerram ainda os punhos contra o Cristo. Dizem que Ele está morto, mas põem sentinelas em Seu túmulo. Dizem que Ele é inofensivo enquanto criança, contudo Herodes manda os seus soldados matar a Criança indefesa.

A verdade é que eles odeiam porque crêem – não com a fé viva dos redimidos, mas com a fé dos condenados. Não haveria nunca vacinação se não existissem germes; não haveria nunca proibição se não houvesse alguma coisa a proibir, e não haveria nunca ateísmo se não houvesse alguém a negar. Seu ódio é apenas a vã tentativa de desprezo. Odeiam simplesmente porque foram destinados a amar.

O que é de notar é que exatamente nas nações em que Ele tem sido mais rejeitado, maior tenha sido a derrota do homem. Na mesma proporção em que Ele é perseguido, persegue-se o homem; quando o mundo rejeita Aquele que enalteceu o valor do

homem, começa este a perder todo o valor. No momento em que o mundo perde Aquele que amou o homem a ponto de morrer por ele, o próprio homem deixa de ter qualquer valor; no instante em que ele esquece o preço outrora pago por uma alma humana, a alma começa a ser um instrumento do Estado. Esta derrota do homem na Rússia, na Alemanha, no México, e até certo ponto na Itália, onde o homem não tem direito algum senão aquele que o Estado lhe concede, torna-se tanto mais flagrante quando ocorre numa época em que o homem tem tudo o que pode conduzir ao sucesso na vida. Nunca dantes teve o homem tanto Poder, e nunca dantes foi tal Poder acumulado assim para a destruição da vida humana; nunca dantes esteve tão defendida a educação e nunca dantes se esteve mais longe do conhecimento da Verdade; nunca dantes houve tanta riqueza e nunca dantes tanta pobreza; nunca dantes tivemos tão abundantes alimentos e nunca dantes tantos homens famintos. O homem vê-se cercado de luxos e comodidades com que as gerações precedentes nunca sonharam; todavia, nunca seus esforços foram tão frustrados, nunca se sentiu tão miserável e intranquilo diante do futuro. Tem tudo e, todavia, nada tem, porque esqueceu uma coisa – seu próprio mérito, seu próprio valor intrínseco, seu próprio alto destino. Somente Alguém que pagou o preço pode dizer-lhe quanto ele vale. Tendo perdido a etiqueta do preço da Redenção marcada *Valor Infinito*, fácil é que os ditadores pensem não ter ele qualquer valor; julguem que ele é simplesmente uma gota de sangue na corrente de sangue da raça; um soldado a mais no exército, um dente a mais nas rodas de engrenagem do Grande Trator Proletário.

É preciso que o homem seja redescoberto; não o homem animal que tanto conhecemos, mas o homem *racional* que conhecemos tão pouco. Essa redescoberta está condicionada ao conhecimento dAquele a cuja imagem e semelhança foi o homem criado, pois só quando reconhecemos os direitos de Deus é que o homem começa a ser livre ■

MONUMENTO ALUSIVO ÀS ORIGENS

Brig Ar Clovis de Athayde Bohrer
Conselheiro do INCAER
cabohrer12@uol.com.br

O RESGATE DE

O riundo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, sediada em Porto Alegre, ingressei na Força Aérea Brasileira, em 6 de abril de 1943, quando fui matriculado no primeiro ano da Escola de Aeronáutica.

Minha Turma, diplomada em 18 de dezembro de 1945, foi a segunda inteiramente formada naquela Organização e a primeira que nela realizou o curso completo, pois a anterior, em face do conflito mundial que então ocorria, teve seu curso reduzido.

Para nós, Cadetes vindos dos mais diversos pontos do país, tudo era novidade, pois passamos a usufruir de modernas instalações recém-construídas, como o prédio do Corpo de Cadetes, Refeitório, Cassino dos Cadetes e Campo de Esportes, dentre outras, que nos despertavam particular atenção e curiosidade: ali estava a nossa nova casa, que nos acolheria durante os próximos três anos.

Algo, no entanto, apesar de não ter qualquer interferência nas nossas atividades, tornou-se, para nós, extremamente familiar, pois se situava no trajeto que, obrigatoriamente, percorríamos diariamente quando nos deslocávamos para nossos compromissos rotineiros. Tratava-se de um monumento que, pela sua composição, passou a despertar, em nós, particular interesse.

Ele era constituído de uma base de concreto, de formato arredondado, com três degraus e, aproximadamente, dois metros de altura, sobre a qual estavam fixados uma âncora, um canhão e uma bomba.

Como não havia qualquer indicação quanto ao seu significado e origem, nossa curiosidade, a cada dia maior, levou-nos a buscar informações a respeito, as quais foram obtidas junto a oficiais do Corpo de Cadetes. Segundo dois deles que nos atenderam – 1º Ten Av João de Orleans e



Brig Ar Bohrer em frente ao monumento

Bragança, o Príncipe, oriundo da Reserva Naval e subalterno da Esquadilha à qual pertencíamos; e o 2º Ten Inf Peixoto, oriundo do Exército, tratava-se de um monumento alusivo às origens do Ministério da Aeronáutica, homenagem da Marinha, do Exército e da Aviação Militar do Exército à caçula das Forças Armadas, materializada por meio de significativos símbolos das respectivas atividades – a âncora, o canhão e a bomba.

A partir de então passamos a ver naquela já familiar obra muito mais do que um conjunto de cimento e ferro. Ao admirá-la passamos a sentir seu verdadeiro significado, representação viva de uma Organização na qual, com muito sacrifício, acabáramos de ingressar e à qual, com muito orgulho, agora pertencíamos.

Entretanto para um grupo de gaúchos *laranjeiras*, a revelação que tivéramos não poderia ficar restrita ao nosso círculo. Decidimos, então, que ela, por meio de fotos, deveria ser compartilhada com nossos familiares que, à distância, acompanhavam com preocupação, mas, também, com orgulho, tudo que agora estávamos vivendo.

Assim, no sábado seguinte, vestindo uma das peças mais vistosas dos uniformes recentemente recebidos – o blusão de couro – posamos para uma máquina

fotográfica *caixão* junto ao significativo Monumento que se tornaria histórico e que, a partir de dezembro de 1945, quando nos diplomáramos, passaria a ser apenas uma doce lembrança em nossas mentes. Não imaginávamos, na ocasião, que as duas desprezíveis fotos então colhidas viessem a ter a importância que adquiriram.

Anos se passaram e, em dada ocasião, constatei que o Monumento não mais existia. Em data desconhecida, alguém, que igualmente não foi possível identificar, determinou sua desmontagem, o que se imagina foi devido a construção de novas edificações, entre dentre as quais, provavelmente, estava o atual prédio da ECEMAR. Ao fazê-lo, sua intenção era certamente, em futuro próximo, reconstruí-lo em outro lugar o que, por razões que desconhecemos, não ocorreu.

Recentemente, em palestra que apresentei sobre os Primórdios do Ministério da Aeronáutica, por ocasião do Seminário promovido pelo Clube de Aeronáutica em comemoração aos 76 anos da criação do Ministério da Aeronáutica, mencionei este fato, tendo, na ocasião, projetado a foto colhida há setenta e cinco anos.

Encerrado o evento, fui procurado por vários companheiros que ao mesmo tempo em que se declararam surpresos com o que lhes havia sido mostrado, pois desconheciam a existência do Monumento, manifestaram sua estranheza pela forma como peça de tal valor histórico tinha sido tratada.

Como o mais longo e único elemento entre os que ali estavam que conhecera e convivera com aquela obra, cheguei à conclusão de que deveria tentar sua reconstrução e decidi, então, desenvolver esforços nesse sentido. A primeira providência a tomar seria conseguir as principais peças

DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

UMA PEÇA HISTÓRICA

do Monumento, se possível localizando os originais, se não, obter outras semelhantes.

Em contato que anteriormente tivera com o então Diretor do MUSAL, Brig Ar Bhering, soubera que, em dependência daquela Organização, existia uma âncora semelhante à que fora mostrada durante a palestra e que, nela, constava a inscrição *Lembrança da Marinha à Escola de Aeronáutica*. Apesar de não haver qualquer registro a respeito, essa informação era suficiente para se chegar à conclusão de que se tratava da peça original.

Posteriormente, igualmente pelo Diretor do MUSAL, tomei conhecimento da existência, na mesma Organização, de uma bomba que ali estava como peça decorativa que, à primeira vista, possuía as mesmas características da que fora exibida durante a palestra. Como acontecera com a âncora, também sobre ela não existia qualquer informação. Após pesquisas e acurada comparação com a imagem da foto, levadas a efeito por determinação do respectivo Diretor, chegou-se à conclusão de que poderia tratar-se da peça original.

Faltava o canhão. A ideia inicial era recorrer à Diretoria de Patrimônio do Exército com o intuito de se obter a identificação da peça constante da foto, bem como consultá-la sobre a possibilidade da cessão de

um exemplar semelhante ao original. Neste sentido solicitei o apoio do INCAER que, por intermédio do Subdiretor de Divulgação, Maj Brig Ar Terroso, fez o respectivo pedido àquela Diretoria.

Enquanto o processo se desenvolvia, foi descoberto, em área do Clube de Aeronáutica, um canhão que se assemelhava ao da foto. As pesquisas que estavam sendo desenvolvidas pelo Serviço de Patrimônio do Exército passaram, então, a incluir a identificação da peça descoberta. Posteriormente o referido Órgão, em laudo enviado ao INCAER, atestou que se tratava de *peça semelhante* à da foto. Ciente desse fato, o Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Vinicius, disponibilizou-a para ser utilizada na reconstrução do Monumento.

Tentando descobrir como essas peças foram parar nesses locais, é possível supor-se que, dada a proximidade do lugar em que estavam, com o MUSAL, foram inicialmente nele guardadas, não tendo sido feito qualquer registro a respeito, provavelmente devido à possível intenção de logo reconstruí-lo.

Como a âncora tinha a inscrição anteriormente mencionada, em um passado relativamente recente, recebeu uma atenção especial, tendo sido colocada em local de maior visibilidade, mas sem qualquer

indicação sobre sua origem e significado. Quanto à bomba, em face de se tratar de uma peça que representava uma das atividades da Aviação Militar, foi nele usada como peça decorativa. O canhão, como nada tinha a ver com a missão da FAB, não deve ter sido objeto de maior atenção e, provavelmente, ficou abandonado em um lugar qualquer até o momento em que algum dirigente do Clube de Aeronáutica decidiu levá-lo para também usá-lo como peça decorativa, pois o local em que foi encontrado era, na época, área nobre, já que ficava junto à antiga entrada do Clube. Isto, no entanto, é uma hipótese, porque não há qualquer registro sobre o assunto, e tanto os atuais, como os antigos dirigentes, consultados a respeito, não souberam informar quando e por que ele ali foi colocado.

Solucionado, então, o principal problema, foi solicitada a colaboração da UNIFA para a designação do local onde o Monumento seria instalado, a construção da respectiva base, bem como sua montagem final, tendo o MUSAL se incumbido da restauração das peças móveis – âncora, canhão e bomba.

A escolha do local em que ficaria o Monumento merece um comentário especial. Era unânime a ideia de que ele deveria ficar o mais próximo possível daquele em que estava a peça original, e que tivesse a visibilidade que sua importância merecia. Então, aconteceu o inesperado. De forma espontânea, pois não houve qualquer interferência humana nesse sentido, a natureza se incumbiu de indicá-lo. E isto ocorreu no mês de fevereiro último, quando os fortes ventos que acompanharam o temporal que atingiu o Rio de Janeiro, particularmente certas áreas da cidade entre as quais estava a da UNIFA, provocaram a queda de uma frondosa árvore que foi arrancada do solo



Colegas gaúchos em fotografia do autor de 1943

com sua raiz, deixando em seu lugar uma enorme cratera. Este local, por coincidência, possuía as condições preestabelecidas para receber o Monumento, pois se situava muito próximo ao da peça original e possuía excepcional visibilidade.

À vista do ocorrido, o Comandante da UNIFA, Maj Brig Ar Isaias, não teve a mínima dúvida a respeito, e decidiu que ali ficaria o futuro Monumento. Assim, a mesma equipe de operários que concluiu a remoção da árvore atingida iniciou, dias após, as obras de sua reconstrução.

Durante as pesquisas que, na expectativa de se obter maiores informações sobre o Monumento, continuaram a ser desenvolvidas, tais como a data da inauguração, o registro do respectivo ato e outras, foram encontradas duas fotos, datadas de 1952, no CENDOC, nove anos, portanto, após sua inauguração, que indicam que antes de sua desmontagem ele havia sido descaracterizado com a colocação de um motor em uma de suas faces, peça que originalmente, como comprovam as fotos feitas em 1943, ele não possuía. Imagina-se que isto tenha sido feito com a intenção de dotar a obra de outras peças relacionadas com a Aviação, a fim de torná-la mais representativa da Força Aérea. Qualquer que fosse a intenção dos

responsáveis pela alteração, procedimento inadmissível, pois alteraria a forma que as Forças irmãs, Marinha e Exército, e também a Aviação Militar do Exército, escolheram para homenagear a nova Força. Como não poderia deixar de ser, a alteração introduzida não foi considerada na reconstrução.

Finalmente a magnífica e fiel obra de reconstrução do histórico Monumento, conduzida de forma admirável pela UNIFA, foi inaugurada em 4 de outubro de 2018, em solenidade presidida pelo Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato, e que contou com a presença de inúmeros integrantes da Força Aérea Brasileira, da ativa e da reserva, entre os quais encontravam-se Veteranos que viveram aquela época. Para estes, não temos dúvida, aquele momento, provavelmente semelhante ao que ocorreu há setenta e sete anos, a par da satisfação de ver resgatada aquela histórica peça, constituiu-se, também, ocasião para doces e saudosas recordações.

Junto ao Monumento foi colocada uma artística placa com um pequeno histórico da obra. Após a sua inauguração, o Comandante da Aeronáutica assinou Portaria que contém o Termo de Custódia do Monumento, documento que, além de reconhecer o seu valor histórico, coloca-o entre os Bens

Culturais Materiais Imóveis que ficam preservados de qualquer modificação, devendo obrigatoriamente ser mantidas as suas características originais. Esse documento foi passado, na ocasião, às mãos do Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, Ten Brig Ar Rafael Rodrigues Filho.

Nesta oportunidade desejo registrar o extraordinário trabalho desenvolvido por diversas Organizações da nossa Corporação para a concretização da obra – Universidade da Força Aérea, principal responsável por ela, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, Museu Aeroespacial, Centro de Documentação da Aeronáutica, Clube de Aeronáutica e Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos, sem o qual teria sido impossível dar vida à histórica peça, que parecia estar destinada a ser apenas uma nostálgica lembrança na memória daqueles que tiveram a ventura de vê-la nascer ou de desfrutar da sua presença como marco destinado a manter sempre presente o significativo momento da criação da Corporação da qual tanto nos orgulhamos.

Espero que este registro, que traz para o presente históricos momentos vividos em um passado distante, possa concorrer para a preservação da memória da nossa Corporação ■



Ten Brig Ar Rossato e Brig Ar Bohrer na cerimônia de reinauguração do monumento reconstruído

PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda
Machado

2º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira
Pereira



Expediente

Out. a Dez.

2018



www.caer.org.br

revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José Manhães Ferreira

SEDE CENTRAL

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Administrativo

Ten Cel Av Antonio Arcanjo da Silva

Chefe Secretaria Geral

Ten Cel Av Antonio Arcanjo da Silva

Diretor Beneficente

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretor Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Assessores

Financeiro e Patrimonial - Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Assessor Secretaria Geral - Cap Adm Ivan Alves Moreira

SEDE BARRA

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo, Técnico e Operações

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

Administrativo e de Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

SEDE LACUSTRE

Assessor - Cap Esp Met José Renato do Nascimento

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 8h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

4ª a domingo de 9h às 17h30

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Contato pelo tel.: (21) 2220-3691

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

Cel Av Manuel Cambeses Júnior

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Cel Av Marcos Narciso Martins

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo

Gabriela da Hora Rangel

Ricardo Luiz Georgiadis Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

SEDE BARRA

LAZER E ESPORTE

